A vertical blue bar on the left side of the page, extending from the top to the bottom. At the bottom of this bar, several thin, curved blue lines fan out to the right, resembling a stylized plant or decorative flourish.

**RELATÓRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO**

**2020**



# RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE 2020

## Conteúdo

Mensagem da Administração

A Empresa

Responsabilidade com Partes Interessadas

Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

Governança Corporativa

Indicadores Econômico-Financeiros

Indicadores Sociais Internos

Indicadores Sociais Externos

Indicadores do Setor Elétrico

Indicadores Ambientais

**38.537***Consumidores  
cativos***17***Consumidores  
livres***15***Municípios  
atendidos***07***Postos de  
atendimento***191,96***Gwh energia  
faturada***182,19***Gwh energia  
comprada***28,70***Gwh energia  
consumidor  
livre***78,05***Km linhas  
Transmissão***5,8%***De perdas  
(11,66 Gwh)***65,00***MVA  
capacidade  
instalada***1,88***Gwh energia  
vendida***106***Funcionários  
ativos*

# RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE-2020

---

## Índice

### 1. Dimensão Geral

1.1 Mensagem da Administração

1.2 A Empresa – Perfil, Missão, Visão, Princípios e Valores, Organização e Gestão

1.3 Responsabilidade com Partes Interessadas

1.4 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

### 2. Dimensão Governança Corporativa

### 3. Dimensão Econômico-Financeira

3.1 Indicadores Econômico-Financeiros

### 4. Dimensão Social e Setorial

4.1 Indicadores Sociais Internos

4.2 Indicadores Sociais Externos

4.3 Indicadores do Setor Elétrico

### 5. Dimensão Ambiental

5.1 Indicadores Ambientais

## DIMENSÃO GERAL

---

### Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR apresenta o Relatório da Administração do ano de 2020, juntamente com as Demonstrações Contábeis consolidadas e elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, mais o Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA e a Demonstração do Fluxo de Caixa. O objetivo é apresentar e divulgar o desempenho da empresa para os acionistas, sociedade e consumidores de energia elétrica.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus (SARS-COV-2), que trouxe consequências desafiadoras para nossas vidas, para a Companhia e a economia brasileira. Já nos primeiros meses da pandemia, agimos rapidamente, priorizando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e segurança de todos nossos colaboradores adotando todos os protocolos da saúde, bem como garantindo a saúde financeira da nossa Companhia e a continuidade da prestação do serviço com a mesma presteza de sempre.

Durante esse período o setor elétrico também realizou um trabalho intenso, criando a Conta COVID, um empréstimo bancário que antecipa recursos às distribuidoras para mitigar os impactos tarifários para o consumidor. Essa solução foi fundamental para garantir a liquidez do setor elétrico durante o ano, mitigando as pressões causadas pela redução da carga e o aumento da inadimplência sobre o caixa das distribuidoras no Brasil.

O foco principal no ano de 2020 foi a gestão dos custos operacionais e administrativos para aumentar a capacidade de investimento no sistema elétrico, e conseqüentemente, melhorar as condições e a qualidade do fornecimento de energia e os serviços prestados para os consumidores.

A Administração continua com o firme propósito de manutenção dos bons resultados financeiros da empresa, melhorando a gestão, a produtividade dos colaboradores bem como a geração de retorno para os acionistas.

Finalmente, agradecemos a confiança dos acionistas e o apoio e compromisso dos colaboradores na condução para atingir os objetivos esperados.

Cláudio Joel de Quadros  
Diretor Presidente

## A EMPRESA – História, Perfil, Missão, Visão, Princípios e Valores, Organização e Gestão

### História

A iluminação pública se fez presente em Carazinho no fim do ano de 1907, provavelmente por ocasião do Natal, pois o jornal “O Carazinho” fundado em 03 de setembro de 1908, comentou em sua coluna social, da terceira edição “Acha-se funcionando regularmente a iluminação de nosso povoado”.

Nesse mesmo jornal em três de outubro de 1908 em seu editorial afirma “Carazinho precisa emancipar-se, pois o progresso rebenta, como por encanto”.

Mais tarde, por volta de 1909 e 1910, foram erguidos postes de madeira e a iluminação substituída por lâmpões a querosene, que duram por um decênio, sendo colocados ao anoitecer e recolhidos ao amanhecer.



Av Flores da Cunha, 1929, Foto: Diário da Manhã

Em 19 de fevereiro de 1919 é inaugurada a iluminação elétrica pública e particular em Carazinho.

Em 16 de janeiro de 1943 é encampada pela Prefeitura Municipal de Carazinho a empresa de energia elétrica particular “Empresa Alto Jacuí Ltda.”, conforme Decreto Presidencial.

Em 29 de dezembro de 1959 o Prefeito Municipal, Ernesto José Annoni, homologa a Lei Municipal nº. 129 criando a autarquia municipal “Serviços Carazinhense de Energia Elétrica e Industrial – SCEEI”, criando dessa forma a primeira organização administrativa para gerir os negócios de energia elétrica.

Em 07 de fevereiro de 1964 o Prefeito Municipal, Ernesto Keller Filho, sanciona a Lei Municipal nº. 1664 criando a Centrais Elétricas de Carazinho S/A, empresa de economia mista, sucedendo os Serviços Carazinhenses de Energia Elétrica e Industrial, a qual foi constituída legalmente em 18 de dezembro de 1967, conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição e registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 05 de março de 1968 sob nº. 209187.

### Perfil

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR é uma empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica que têm como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Empresa de economia mista e de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, que detém 95% das ações ordinárias.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, atendendo sete municípios na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

Os municípios atendidos são: Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Santo Antônio do Planalto e Almirante Tamandaré do Sul nas áreas urbanas e rurais e nos municípios de Colorado e Selbach, somente a área urbana.

É uma empresa concessionária dos serviços públicos de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, pelo contrato de concessão nº. 084/2000 de 18/10/2000 para a distribuição de energia elétrica até 07/07/2045.

Município	Área (Km <sup>2</sup> )	Emancipação	População (2020 estimado)
Carazinho	665	1931	62.265
Chapada	684	1959	9.239
Colorado	286	1962	3.130
Selbach	178	1966	4.929
Coqueiros do Sul	276	1993	2.286
Al. Tamandaré do Sul	265	1996	2.085
Santo Antônio do Planalto	203	1992	2.059



## Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)

### Normas ISO

A ISO – International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização), foi fundada em 23/02/1947 e tem sua sede em Genebra – Suíça. O Brasil participa na ISO através da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. O propósito da ISO é desenvolver e promover normas e padrões mundiais que traduzam o consenso dos diferentes países do mundo, principalmente para facilitar o comércio internacional.

A expressão “ISO 9000” diz respeito a uma série de normas, que atualmente são: NBR ISO 9000:2015 – Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário; NBR ISO 9001:2008 – Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos; NBR ISO 9004:2000 – Sistemas de gestão da qualidade – Diretrizes para melhorias de desempenho.

Escopo de gestão	Política da Qualidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Processo de Coleta dos Dados e Apuração dos Indicadores Individuais/Coletivos e Padrões de Atendimento;</li> <li>✓ Processo de Tratamento de Reclamações dos consumidores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Nós da Eletrocar estamos comprometidos em satisfazer os clientes, fornecendo energia elétrica com qualidade, através da melhoria da qualificação e comprometimento das pessoas e dos sistemas de gestão da qualidade</li> </ul>
Objetivos	Visão
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Garantir a confiabilidade da apuração dos indicadores de gestão estabelecidos pela ANEEL;</li> <li>✓ Tratar as reclamações dos clientes conforme legislação;</li> <li>✓ Capacitar os colaboradores para desenvolver os objetivos acima.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Prestar serviços na área de energia e afins para promover o desenvolvimento econômico-social e melhoria da qualidade de vida regional</li> </ul>

Valores	Compromisso
✓ Credibilidade da nossa organização	✓ Orientação ao Cliente
✓ Qualidade de atendimento aos nossos clientes	✓ Rapidez de Ação e Desburocratização
✓ Manutenção de nossa capacidade de alavancar desenvolvimento	✓ Comprometimento com o desenvolvimento dos Municípios onde atuamos
✓ Nosso comprometimento com a comunidade	✓ Comprometimento, responsabilização e reconhecimento dos colaboradores
✓ Melhoria da qualidade de vida – valorização de nossos colaboradores	✓ Trabalho e foco em resultado
✓ Nosso comprometimento com a rentabilidade econômica da empresa	✓ Honestidade e ética
✓ Busca de melhoria contínua da qualidade de nossos processos e ações	✓ Segurança em todas as ações
✓ Implantação de uma gestão profissionalizada	✓ Inovação com respeito à tradição e aos valores fundamentais
	✓ Competência na concepção e eficiência na execução

## Responsabilidade com Partes Interessadas

Partes interessadas	Detalhamento	Canais de Comunicação
Acionistas	Comunicação de forma clara, precisa e transparente para atender às expectativas e necessidades dos investidores.	Assembleia, comunicados, relatórios.
Clientes	Comunicação de forma clara, precisa e transparente para atender às expectativas e necessidades dos clientes. Comunicação por meio de canais de relacionamento, atendimentos são enquadrados como informação e solicitação de serviços. Campanhas de uso eficiente e seguro de energia elétrica. Satisfação dos clientes e tratamento das reclamações.	Atendimento presencial. Centrais de relacionamento, Call Center. Ouvidoria. Pesquisa IASC. Jornais, rádios, conta de energia elétrica e impressos.
Fornecedores	São estimuladas as parcerias de fornecimento, sem desprezar os princípios da Lei de Licitações para Estatais – Lei nº 13303/16.	Compras conforme a lei de licitações.
Colaboradores	Qualificação das pessoas, segurança do trabalho. Estímulo ao fornecimento de energia elétrica com qualidade.	Reuniões, encontros, Sipat, comunicação via superiores.
Órgãos e programas públicos	Atendimento às demandas, ética e responsabilidade nas relações com os poderes públicos e cumprimento das leis. Informações são prestadas. Transparência nas ações.	Reuniões, informações, auditorias externas, informações para os órgãos de fiscalização.

## Atendimento ao Cliente

O que resume a filosofia da Eletrocar: “Qualidade de atendimento aos nossos clientes”. É com essa abordagem que a empresa atende a seus clientes, tanto o reduzido grupo que tem grande demanda de energia – os clientes industriais e similares – quanto os muitos clientes representados por residências ou pequenos negócios.

O atendimento aos clientes é feito através do teleatendimento (Call Center) e diretamente nos postos de atendimento da Empresa. Os atendentes apresentam um nível de conhecimento adequado às demandas encaminhadas pelos consumidores. As principais solicitações encaminhadas pelos consumidores são:

- |  |   |
|--|---|
| ✓ Informações em Geral;                                | ✓ Recebimento de autoleituras;              |
| ✓ Solicitações de ligações novas;                      | ✓ Orientação sobre ligações novas;          |
| ✓ Solicitações de troca de titularidade;               | ✓ Desligamentos para reforma;               |
| ✓ Desligamentos para reforma e baixa;                  | ✓ Reclamações;                              |
| ✓ Solicitação de 2ª via da fatura de energia elétrica; | ✓ Autoleitura rural;                        |
| ✓ Pedido de refaturamento;                             | ✓ Encerramento do contrato de fornecimento. |

## DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

A Governança Corporativa é o sistema pelo qual a Eletrocar é dirigida e monitorada. A administração da empresa é constituída por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

Os mecanismos envolvem o relacionamento com Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Além disso, os órgãos internos de Assessoria, as Auditorias Internas e as Auditorias Independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário completam a estrutura de Governança.

Controle Interno é o órgão competente para verificar e fiscalizar o funcionamento dos controles internos e se os regulamentos, normas e diretrizes estão sendo aplicados.

A Auditoria Independente consiste no conjunto de procedimentos técnicos de auditoria das Demonstrações Contábeis, que têm por objetivo a emissão de parecer sobre as questões patrimonial e financeira da organização.

O Conselho de Consumidores tem como finalidade representar os interesses dos consumidores junto à empresa. Tem caráter consultivo e visa a orientação, análise crítica e na avaliação das questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas e serviços prestados.

O Comitê de Auditoria Estatutário tem a finalidade de verificar o cumprimento de obrigações, da gestão de riscos, dos processos de governança e da conformidade do processo de indicação e avaliação de membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Este conjunto de políticas e práticas têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade, buscando-se como principal objetivo a transparência das informações contábeis e operacionais, bem como, a eficiência do relacionamento entre a sociedade e seus administradores, acionistas e fornecedores.

## Estrutura Organizacional

---

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. A Diretoria trabalha em absoluta sintonia com os Conselhos de Administração e Fiscal, numa relação dialógica, objetivando sempre o desenvolvimento sustentável da Empresa.

A Diretoria é composta por 3 (três) diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico-Comercial, devendo todos serem brasileiros, residentes no país, acionistas ou não. Os Diretores da Companhia serão eleitos pelo Conselho de Administração e terão seus mandatos com prazo de 2 (dois) anos, podendo serem reeleitos. As decisões da Diretoria serão por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto comum, o de desempate.

### Assembleia Geral Ordinária

---

É realizada dentro dos quatro primeiros meses do ano pelos acionistas, para a aprovação das contas dos administradores referentes ao exercício anterior. A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a Lei e o Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

### Conselho de Administração

---

O Conselho de Administração será composto de no mínimo sete e no máximo onze membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitida a reeleição por no máximo duas reconduções consecutivas. O presidente e o vice-presidente são eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho se reúne pelo menos uma vez por mês, e as reuniões devem ocorrer na sede da Companhia, podendo deliberar com a presença mínima de três membros, dentre os quais o Presidente eleito ou o

que estiver em exercício. As decisões são tomadas por maioria de votos e comunicadas aos demais órgãos da companhia, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo 25% de membros independentes e garantida a participação de representante dos empregados e dos acionistas minoritários.

Compete ao Conselho de Administração, fixar a orientação geral dos negócios da companhia e fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, entre outras competências.

## Conselho Fiscal

---

O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo de 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, sendo permitida no máximo duas reconduções consecutivas. Os membros do Conselho devem ser pessoas naturais e residentes no país e ter formação acadêmica compatível com o exercício da função. O Conselho Fiscal reunir-se-á, bimestralmente, para tomar conhecimento dos balancetes, proceder a exames e verificações, ou adotar procedimentos previstos em lei e no presente estatuto e até o último dia do mês de março, para apresentar parecer sobre os negócios e operações sociais do exercício anterior. Um dos membros deverá ser indicado pelo ente Controlador e ser servidor público.

## Comitê de Auditoria Estatutário

---

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão auxiliar do Conselho de Administração e composto por três membros, escolhidos em Assembleia Geral Ordinária, e, tem como atribuições a verificação do cumprimento de obrigações e da gestão de riscos, a adequação do controle interno, da efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e conformidade do processo de indicação e avaliação de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

## Comitê Estatutário (Elegibilidades de candidatos)

---

O Comitê Estatutário é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da ELETROCAR, ao qual deve se reportar. Tem como objetivo analisar candidatos frente às regras legais e estatutárias para sua escolha e nomeação. Terá caráter permanente e será constituído por 02 (dois) membros, ambos independentes e não remunerados, eleitos pelo Conselho de Administração, conforme Regimento Interno da companhia, com mandato de 02 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas, tomando posse dos cargos no momento de sua nomeação.

## Comitê de Ética

---

O Código de Conduta e Integridade da ELETROCAR serve como guia de atuação e padrão de conduta para seus colaboradores e é baseado em valores e princípios que devem estar presentes nas relações da companhia com os seus diferentes públicos – clientes, acionistas, administradores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, mercado e entes públicos. O Comitê de Ética é composto por 03 (três) membros do quadro efetivo da ELETROCAR, indicados pela Diretoria Executiva, cujos nomes serão aprovados pelo Conselho de Administração. Os membros do Comitê terão um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitidas duas reconduções consecutivas.

## Diretoria Executiva

---

A Diretoria é composta por três diretores, sendo: um Diretor presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico-Comercial, acionistas ou não. São eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Compete à Diretoria, promover a organização administrativa da Companhia, administrar a Companhia e tomar as providências adequadas à fiel execução da administração, regulamentando-as, quando couber, mediante a expedição de normas e instruções gerais e específicas, e planejar as atividades da Companhia, consubstanciando-as em plano de ação a curto e longo prazo, entre outras.

## Programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos

---

As atividades do Programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos devem contribuir para a perenidade da organização, atendendo aos seus objetivos estatutários e estratégicos. A adoção de um Programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos visa a permitir que a Alta Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e os Gerentes da organização, lidem eficientemente com a incerteza, buscando o melhor balanceamento entre desempenho, retorno e riscos associados.

## Composição acionária

O Capital Social da Companhia é de R\$16.000.000,00, representado por 1.598.333 ações, sendo: 1.576.274 ações ordinárias e 22.059 ações preferenciais, todas nominais e sem valor nominal. O estatuto assegura dividendo mínimo de 25% para todas as ações e demais direitos previstos na legislação societária.

O Município de Carazinho é o maior acionista com 94,75% das ações com direito a voto (Ordinárias)

Acionistas	Espécie	Nº Ações		%
		2020	2019	
Prefeitura Municipal de Carazinho	ON	1.514.361	1.514.361	94,7463
Opção RN Corretora de Commodities	ON	34.041	34.041	2,1298
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	0,9635
Prefeitura Municipal de Selbach	ON	12.386	12.386	0,7749
Prefeitura Municipal de Colorado	ON	86	86	0,0054
Diversos	PN	22.059	22.059	1,3801
<b>Total</b>		<b>1.598.333</b>	<b>1.598.333</b>	<b>100,00</b>

## Composição dos Órgãos Corporativos em 31/12/2020

### Conselho de Administração

#### Tiago Dias de Meira

Presidente

#### Leandro Garcia da Silva

Conselheiro

#### Marlon Augusto Allebrandt

Conselheiro

#### Marcos Adriano Ribas Pinzon

Conselheiro

#### Lisiane Bueno Maidana

Vice-Presidente

#### Jaime Luis Kiper da Rosa

Conselheiro

#### Rafael Gay Possebon

Conselheiro

### Conselho Fiscal

#### Efetivos:

Daniel Schu

Elói Francisco Soliman

José Maurício de Souza Leal

#### Suplentes:

Carlos Selvando Schneider

### Diretoria

#### Cláudio Joel de Quadros

Diretor Presidente

#### Jonas Lampert

Diretor Administrativo-Financeiro

### Comitê de Auditoria Estatutário

Fladimir Saraiva do Nascimento

Odair Oliveira

Josélio Guerra

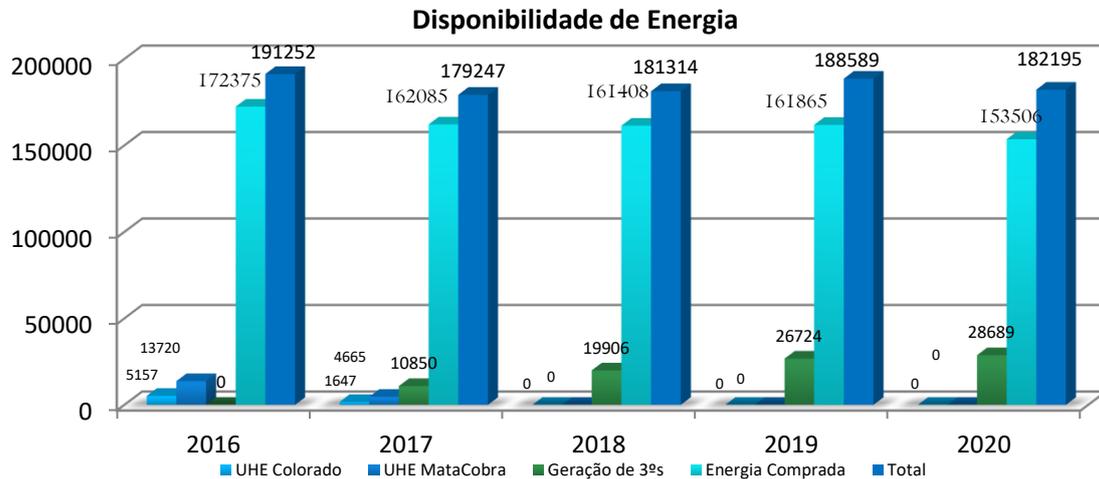
## Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

São os resultados oriundos da produtividade obtida no período: o aumento da capacidade instalada, as melhorias da eficiência operacional, a ampliação da oferta dos serviços e o valor agregado por unidade produzida e por receita de venda. A capacidade de produção deve estar refletida nos dados representativos do parque operacional instalado e da produção.

<b>Dados técnicos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<i>(insumos, capacidade de produção, vendas, perdas)</i>			
Número de Consumidores Atendidos – Cativos	38.537	37.986	37.421
Número de Consumidores Atendidos – Livres	17	12	1
Número de Localidades Atendidas (municípios)	14	14	14
Número de Escritórios Comerciais	7	7	7
Energia Vendida (GWh)	191,96	187,49	183,66
Residencial	65,93	61,39	60,67
Industrial	44,84	43,82	41,23
Comercial	39,45	41,45	41,52
Rural	24,46	21,80	21,61
Poder Público	3,35	3,79	4,13
Iluminação Pública	8,12	9,77	9,30
Serviço Público	5,59	5,25	4,99
Consumo Próprio	0,22	0,21	0,21
Energia Gerada (GWh)	0	0	0
Energia Comprada (GWh)	182,19	161,86	161,4
Itaipu	36,91	20,23	0
Contratos Iniciais	127,07	82,50	161,4
PROINFA	3,86	0,13	4,2
CCEAR <sup>8</sup>	14,35	58,09	0
Mecanismo de Comercialização de Sobras e Déficits – MCSD	(1,88)	0,91	0
Perdas Elétricas Globais (GWh)			
Perdas Elétricas – Total (%) sobre os requisitos de energia	5,75	9,66	8,93
Perdas Técnicas – (%) sobre os requisitos de energia	6,60	6,60	6,60
Perdas Não Técnicas – (%) sobre os requisitos de energia	(0,85)	3,06	2,33
Subestações (em unidades)	3	3	3
Capacidade Instalada (MVA)	65	65	65
Linhas de Transmissão (em km)	78,05	78,05	78,05
DEC	6,90	9,07	9,74
FEC	6,67	6,68	8,22
Inclusive Leilão das Geradoras Federais (Ano 2002).	0	0	0
Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente regulado	0	0	0
<b>Indicadores Sociais Externos Clientes/ Consumidores</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Qualidade Técnica dos Serviços Prestados</b>			
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC.), geral da empresa – Valor apurado.	6,90	9,07	9,74
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da empresa– Valor apurado.	6,67	6,68	8,22

## Suprimento Energia

A energia adquirida em 2020 representou 84,25% da energia disponível contra 85,83% em 2019, tendo uma diminuição de 3,51%. As variações foram em função da saída da geração de energia em 2017 e da entrada dos consumidores livres a partir de 2018 que teve um aumento de 7,35%.



## Transmissão

O sistema de transmissão de energia elétrica é composto por quatro linhas próprias e uma de terceiros, sendo:

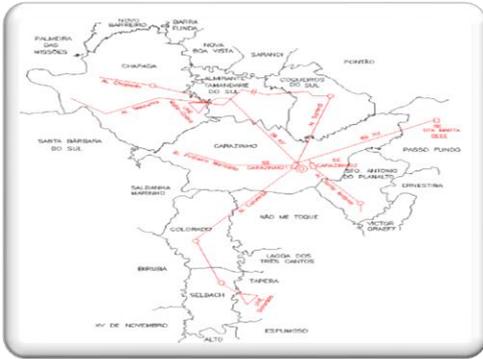
- Linha PCH Mata Cobra/SE Carazinho  
Linha de 69 kV com aproximadamente 30,5 km de extensão, 200 estruturas que liga a PCH Mata Cobra até a Subestação Carazinho I localizada na Av. Pátria em Carazinho.
- Linha PCH Colorado/SE Carazinho  
Linha de 13,8 kV, interligada ao sistema de distribuição.
- Linha CEEE-GT Passo Fundo/SE Carazinho I  
Linha de 69 kV entre a SE Santa Marta/Passo Fundo e a SE Carazinho I, pertencente a CEEE-GT.
- Linha de derivação da CEEE-GT Passo Fundo/SE Carazinho I  
Linha de 69 kV com aproximadamente 1,25 km de extensão com 08 estruturas, derivada da Linha CEEE-GT/Carazinho I, para interligação com a SE Carazinho II.
- Linha Tapera/SE Carazinho I  
Linha de 69 kV, circuito duplo, com 16 postes circular de concreto e 132 torres metálicas autoportantes, com aproximadamente 46,31 km de extensão, interligando as subestações Tapera II, da ELETROSUL, no município de Tapera, e Carazinho I, da ELETROCAR, no município de Carazinho.

A Distribuição de energia elétrica é feita através de:

- Subestação Carazinho I  
Com 40 MVA, com 07 alimentadores de 13,8 kV, localizada na Av. Pátria 1.351, em Carazinho, interligada ao sistema através da linha de transmissão da CEEE-GT e Tapera 2.
- Subestação Carazinho II  
Com 12,5 MVA, 03 alimentadores de 13,8 kV, localizada no Distrito Industrial de Carazinho.
- Subestação Mata Cobra  
Com 12,5 MVA, 04 alimentadores de 13,8 kV, localizada junto a PCH Mata Cobra.

## Distribuição

Desde o ano de 1968 a Eletrocar vem atuando em 07 municípios no Estado do Rio Grande do Sul, tendo realizado investimentos relevantes na qualificação e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica, redução de perdas, Programas de Eficiência Energética, investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, preservação do meio ambiente e recuperação de áreas degradadas em Áreas de Preservação Permanentes (APP's) e descarte correto das lâmpadas inutilizadas.



Sua área de concessão é de aproximadamente 2.560 Km<sup>2</sup>, atendendo a 07 municípios, tem 2.344 transformadores de distribuição próprios, com 2.231,04 km de redes de distribuição e 32.517 postes; 03 subestações, dispondo de 65,00 MVA de potência instalada e 78,05 km de linhas de transmissão.

Foram implementadas diversas ações no sentido de reduzir os acidentes e sua taxa de gravidade. Conta hoje com 100% de residências energizadas.

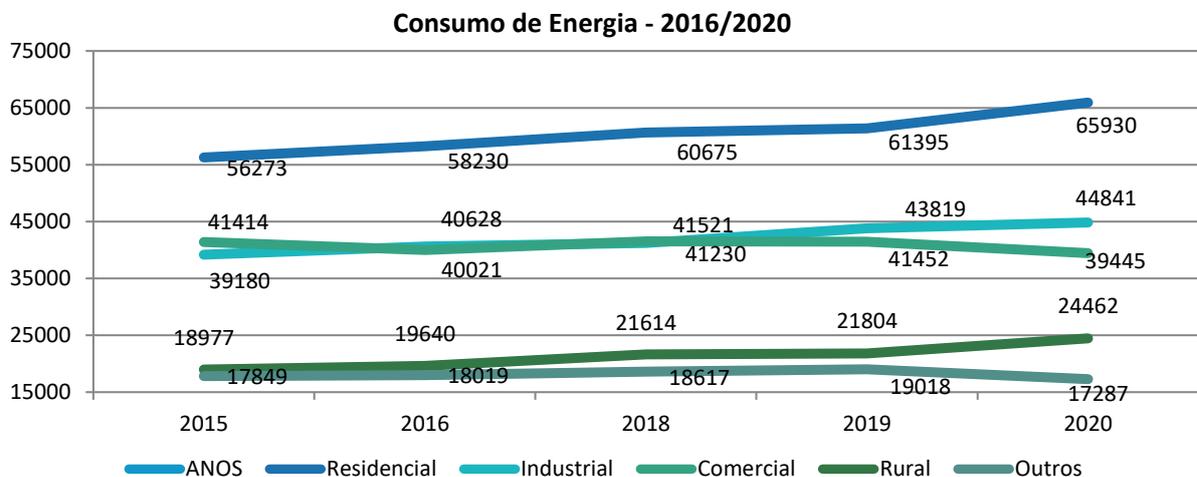
## Mercado

As Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar atendeu em 2020 na sua área de concessão um total de 38.537 consumidores, apresentando um crescimento de 1,45% em relação a 2019, abrangendo principalmente os municípios de Carazinho, Chapada, Colorado, Selbach, Santo Antônio do Planalto, Coqueiros do Sul e Almirante Tamandaré do Sul.

O preço médio de fornecimento no ano de 2020 foi de R\$668,33 /MWh contra R\$692,07 MWh em 2019, tendo uma variação negativa de 3,55%.

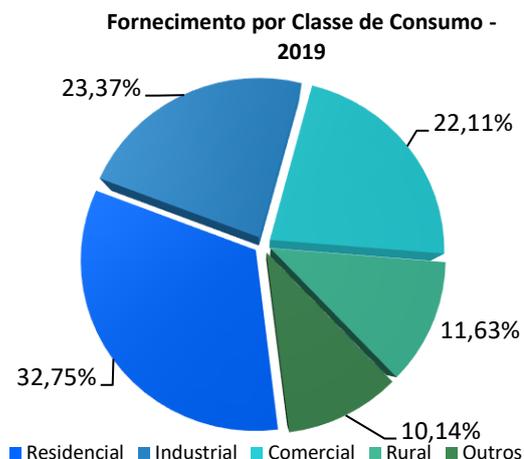
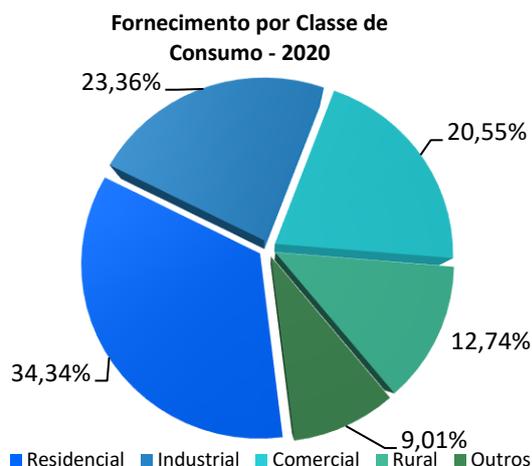
O consumo anual de energia elétrica em 2020 foi de 191,865 MWh, contra 187,488 MWh em 2019, apresentando um aumento de 2,39%.

O consumo médio total de 2020 teve um aumento de 1,09% em relação ao ano de 2019, atingindo 418,40 kWh/mês contra 413,89 kWh/mês em 2019.



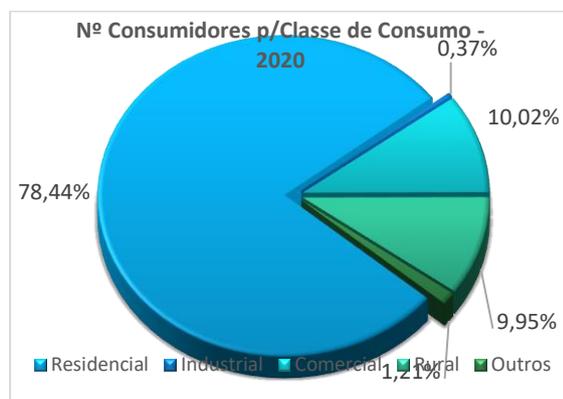
## Fornecimento de Energia Elétrica (kWh)

	2020	2019	% 20/19
Residencial	65.929.690	61.394.881	7,39
Industrial	44.840.709	43.819.039	2,33
Comercial	39.445.301	41.452.582	(4,84)
Rural	24.461.635	21.803.593	12,19
Poder Público	3.346.780	3.792.088	(11,74)
Iluminação Pública	8.123.385	9.766.766	(16,83)
Serviço Público	5.595.641	5.245.017	6,68
Consumo Próprio	221.407	213.989	3,47
<b>Total</b>	<b>191.964.548</b>	<b>187.487.955</b>	<b>2,39</b>



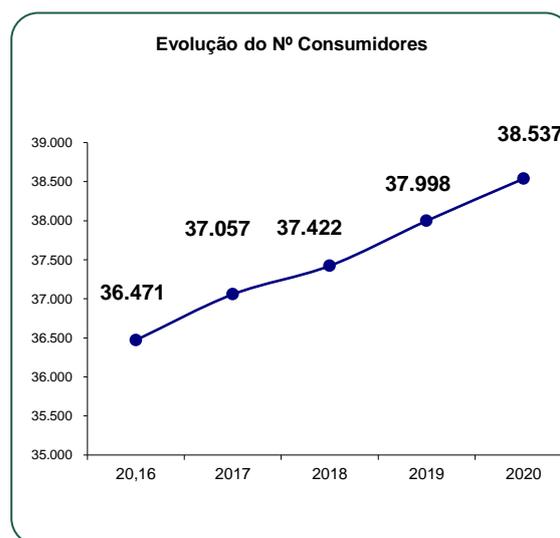
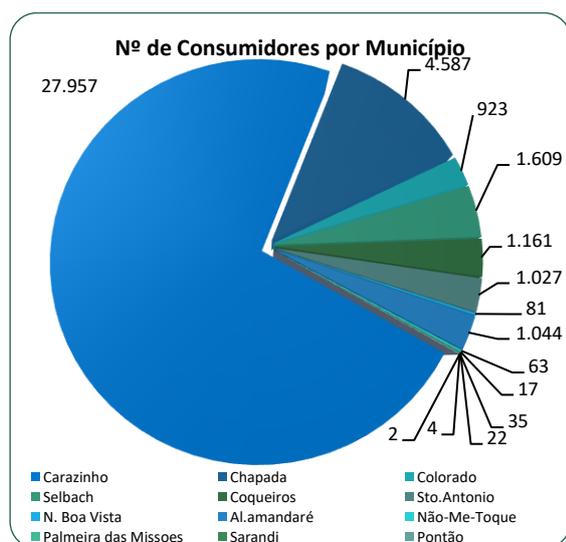
## Número de Consumidores por classe de consumo

	2020	2019	Var. % 20/19
Residencial	30.230	29.658	1,93
Industrial	144	150	(4,00)
Comercial	3.862	3.822	1,05
Rural	3.836	3.923	(2,22)
Poder Público	424	406	4,43
Iluminação Pública	9	9	0
Serviço Público	27	25	8,00
Consumo Próprio	5	5	0
<b>Total</b>	<b>38.537</b>	<b>37.998</b>	<b>1,42</b>



## Número de consumidores por Município

Município	Nº Consumidores			Variação % 2020/2019
	2020	2019	2018	
Carazinho	27.957	27.556	27.133	1,45
Chapada	4.587	4.524	4.460	1,39
Colorado	923	910	906	1,43
Selbach	1.609	1.578	1.547	1,96
Coqueiros do Sul	1.161	1.151	1.144	0,87
Sto. Antônio do Planalto	1.027	1.013	991	1,38
Nova Boa Vista	81	83	81	(2,41)
Alm. Tamandaré do Sul	1.044	1.035	1.018	0,87
Não-Me-Toque	63	63	59	0
Palmeira das Missões	17	17	17	0
Sarandi	22	23	22	(4,35)
Pontão	35	35	35	0
Passo Fundo	4	4	4	0
Novo Barreiro	2	1	1	100
Tapera	5	5	4	0
<b>Total</b>	<b>38.537</b>	<b>37.998</b>	<b>37.422</b>	<b>1,42</b>



## Fornecimento de Energia Elétrica por Município

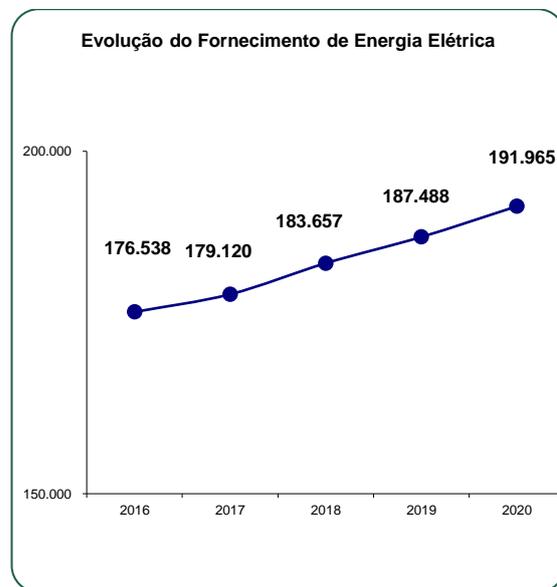
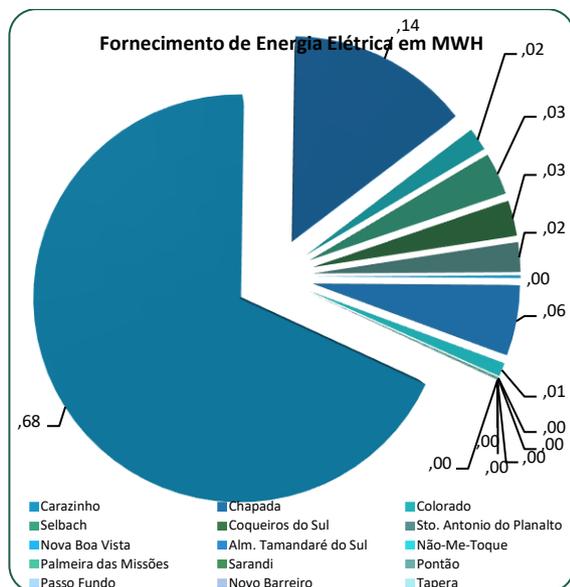
Em dezembro de 2020 a Eletrocar contava com 38.537 consumidores, tendo um acréscimo de 539 novas ligações no ano, representando um crescimento de 1,42%.

Ao final de 2020, a classe residencial representava 78,44% do total de consumidores e 34,34% do consumo de energia.

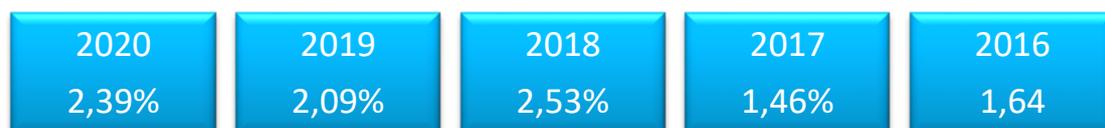
Para cumprimento dos programas sociais do Governo Federal, 678 unidades consumidoras obtiveram o benefício da chamada Tarifa Social, representando 2,24% do número total de unidades consumidoras residenciais, 30.230. Em 2019, 641 unidades consumidoras obtiveram o benefício, representando o percentual de 3,16% em relação ao número total de unidades consumidoras, 29.658.

## Fornecimento de Energia Elétrica por Município Mwh

Município	Mwh			Variação %
	2020	2019	2018	2020/2019
Carazinho	131.082	130.088	130.368	0,76
Chapada	27.571	25.218	23.464	9,33
Colorado	3.504	3.670	3.687	(4,52)
Selbach	6.394	6.303	6.101	1,45
Coqueiros do Sul	5.376	4.912	4.910	9,45
Sto. Antônio do Planalto	4.508	4.467	3.804	0,91
Nova Boa Vista	418	407	395	2,78
Alm. Tamandaré do Sul	10.676	10.177	8.654	4,90
Não-Me-Toque	2.066	1.896	1.931	8,95
Palmeira das Missões	100	98	93	2,11
Sarandi	35	31	30	11,16
Pontão	176	164	172	7,57
Passo Fundo	19	18	17	4,19
Novo Barreiro	5	3	5	64,42
Tapera	35	36	26	(2,85)
<b>Total</b>	<b>191.965</b>	<b>187.488</b>	<b>183.657</b>	<b>2,39</b>



### Varição fornecimento energia por município

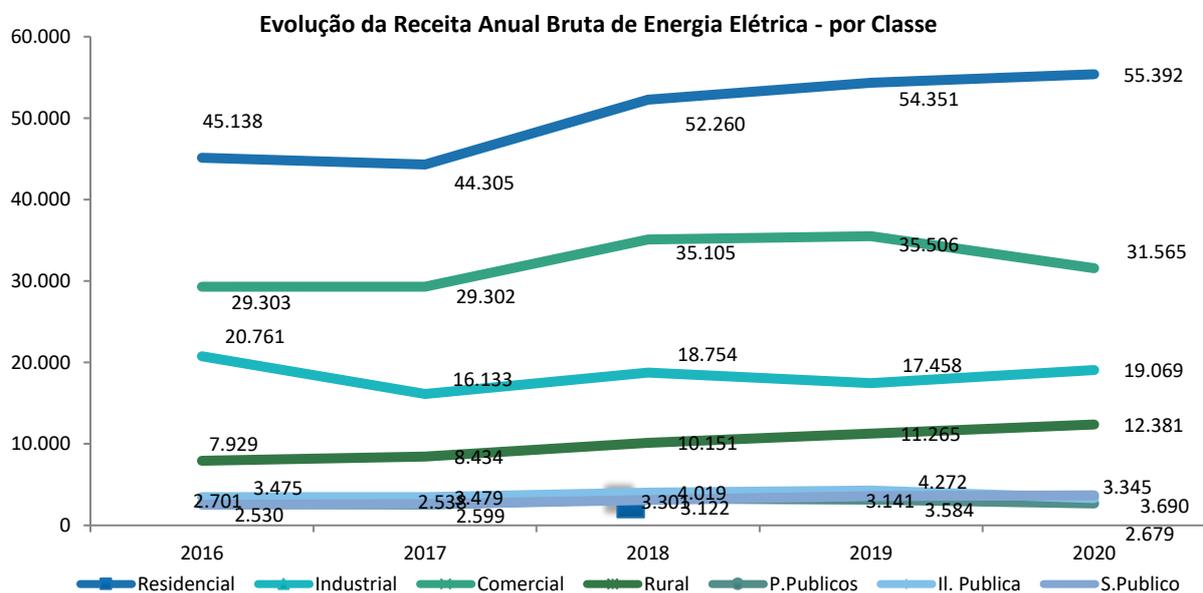


## Receita de Fornecimento de Energia Elétrica

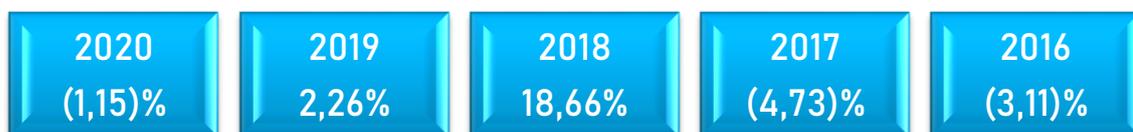
A Receita de fornecimento de energia elétrica de 2020 teve uma redução 1,15% em relação ao ano de 2019, apresentando um valor de R\$128.121.837,15 contra R\$129.576.228,95.

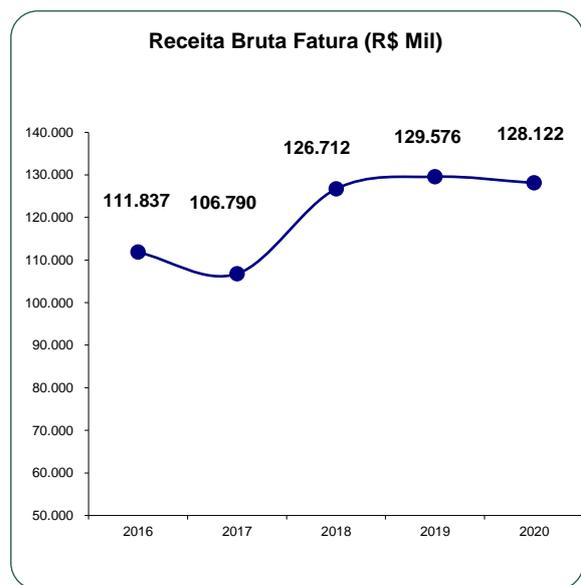
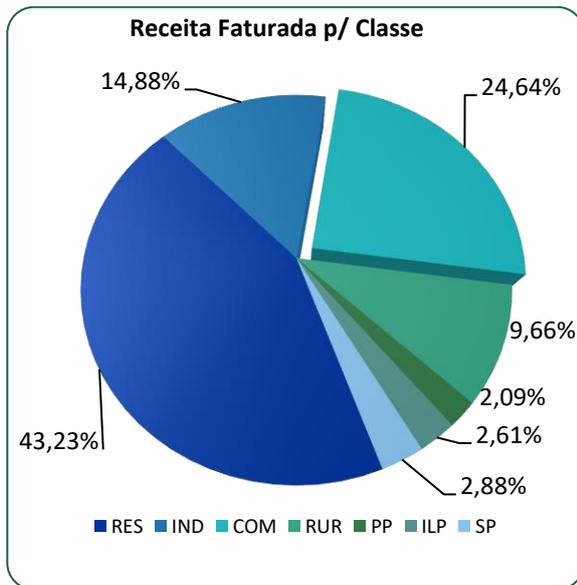
A retração da economia em função da Pandemia da Covid-19 refletiu-se principalmente na classe comercial na atividade de serviços e nos poderes públicos pelo fechamento dos órgãos e adoção do home-office, já na classe iluminação pública a redução deveu-se em função da substituição de lâmpadas alógenas por led, em toda a cidade de Carazinho, também a partir de novembro 2020 foi excluído o Icms da base de cálculo do Pis/Cofins.

RECEITA DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE (R\$)	2020	2019	Varição %
Residencial	55.392.416,06	54.350.624,35	1,99
Industrial	19.068.841,94	17.457.573,86	8,59
Comercial	31.565.164,21	35.506.382,21	(11,23)
Rural	12.381.257,66	11.264.948,33	11,00
Poderes Públicos	2.679.332,90	3.140.521,43	(13,97)
Iluminação Pública	3.344.505,07	4.271.793,59	(23,07)
Serviço Público	3.690.319,31	3.584.385,18	3,39
<b>FATURAMENTO BRUTO DE ENERGIA</b>	<b>128.121.837,15</b>	<b>129.576.228,95</b>	<b>(1,15)</b>

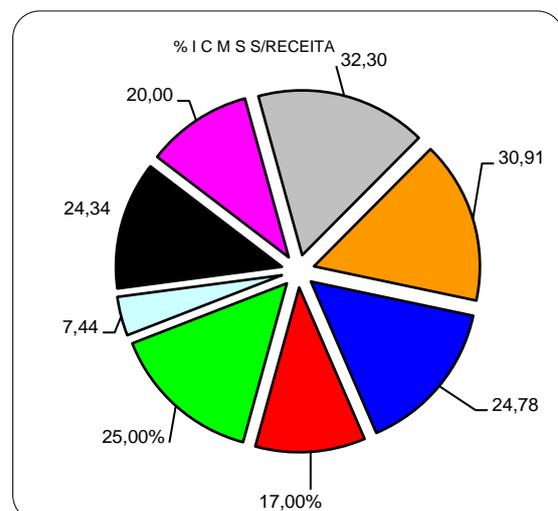
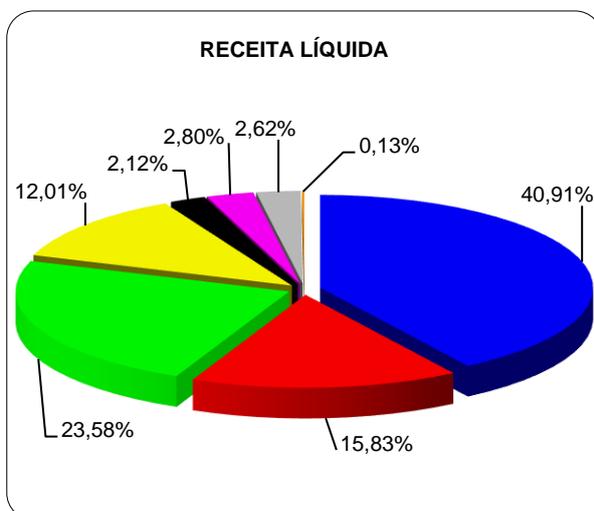


### Varição da receita bruta de energia





RECEITA DE ENERGIA ELÉTRICA LÍQUIDA DE ICMS - POR CLASSE (R\$)	2020	2019	Varição %
Residencial	39.043.677,36	38.226.736,94	2,14
Industrial	15.107.447,30	14.200.894,30	6,38
Comercial	22.498.864,28	25.289.523,16	(12,40)
Rural	11.460.630,38	10.230.792,51	12,02
Poderes Públicos	2.027.138,79	2.401.550,39	(18,47)
Iluminação Pública	2.675.604,44	3.417.435,29	(27,73)
Serviço Público	2.498.167,69	2.416.932,21	3,36
<b>FATURAMENTO LÍQUIDO DE ENERGIA</b>	<b>95.311.530,24</b>	<b>96.183.864,80</b>	<b>(0,92)</b>



## DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

### Desempenho Econômico Financeiro

#### Receita Operacional Bruta:

A Receita Operacional Bruta (societária) de 2020 alcançou o montante de R\$144.079.428,05 sendo 2,12% superior a de 2019, que foi de R\$141.093.455,88. Excluindo-se a receita de construção, pois seu efeito entre receita e despesa é nulo, temos uma Receita Operacional de R\$140.975.333,44 em 2020 e R\$138.181.553,01 em 2019 tendo uma variação superior de 2,02% sendo:

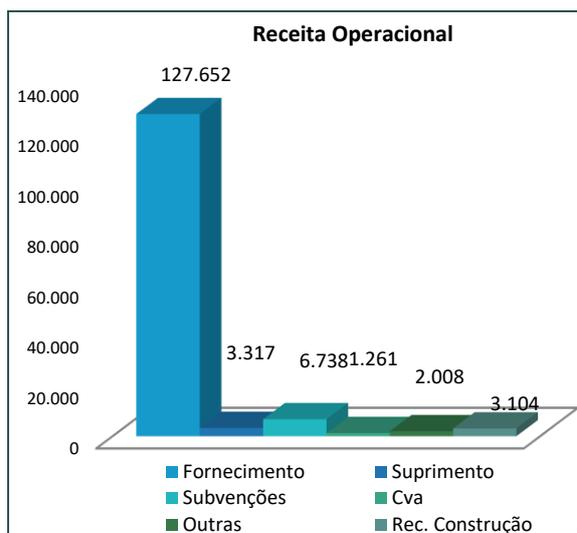
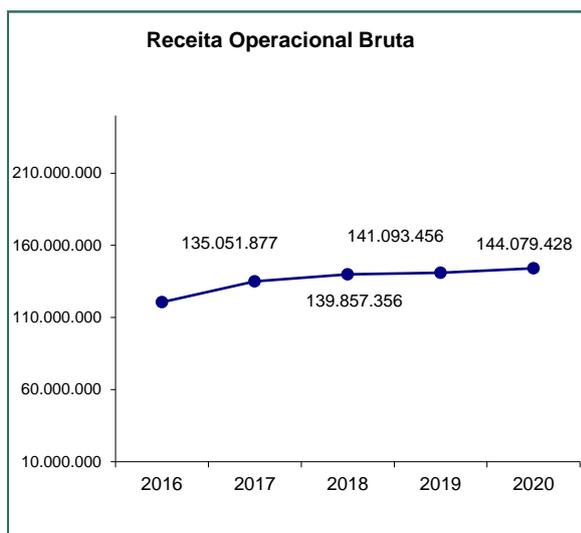
- A Receita de Fornecimento de Energia Elétrica 2020 foi de R\$127.651.889,63 contra R\$129.453.375,91 em 2019, tendo uma variação de menos 1,39% na comparação de um ano para outro, sendo composta dos seguintes itens:
  - Receita de fornecimento de energia elétrica faturada – Receita reconhecidas pelo faturamento mensal do consumo de energia elétrica, faturada conforme calendário de leitura dos consumidores, em 2020 foi de R\$128.121.837,15 e em 2019 de R\$129.576.228,95 tendo uma variação negativa de 1,12%;
  - Receita de fornecimento de energia elétrica faturada - exclusões, referem-se às receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, líquidos de impostos, que conforme Proret, sub-módulo 2.7, devem ser debitadas nas receitas e creditadas como uma Obrigação Especial no Passivo, as quais tiveram um valor de R\$344.133,29 em 2020 e R\$278.814,94 em 2019, tendo uma variação de 23,43%.
  - Receita de fornecimento de energia elétrica não faturada – receita reconhecida com base no regime de competência, considerando o número de dias decorridos desde a última leitura faturada até o último dia do mês, com base no último valor da fatura. Em 2020 foi de R\$(125.814,23) e em 2019 de R\$155.961,90 tendo uma variação negativa de 180,67%.
- Subvenções Tarifárias e Subsídios, atingiram o montante de R\$6.737.925,04 contra R\$6.487.559,81 em 2019, tendo uma variação de 3,86%.
- Receita de Construção: O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”.

Em 2020 o valor foi de R\$3.104.094,61 e em 2019 de R\$2.911.902,87, tendo uma variação de 6,60%.

- As receitas de Compensação Tarifária – CVA, são receitas e custos incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, que se destinam a contabilização dos custos não gerenciáveis, que integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores. A partir de 2014, com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais, oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, as receitas e custos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Em 2020 o valor foi de R\$1.261.014,55 e em 2019 negativo em R\$(433.437,87) tendo uma variação de 390,93%.

- As Outras Receitas tiveram uma redução 7,68% em 2020, sendo de R\$2.007.657,73 e R\$2.174.623,71 em 2019.



Receita Operacional	Receita (R\$)		
	2020	2019	Varição %
Fornecimento de Energia - Faturada	128.121.837,15	129.576.228,95	(1,12)
Suprimento de Energia	3.316.846,49	499.431,45	564,12
Fornecimento de Energia – Faturada Exclusões	(344.133,29)	(278.814,94)	23,43
Fornecimento de Energia – Não Faturada	(125,814,23)	155.961,90	(180,67)
Subsídios Tarifários	6.737.925,04	6.487.559,81	3,86
Receita de Construção	3.104.094,61	2.911.902,87	6,60
Receita de Compensação Tarifária – CVA	1.261.014,55	(433.437,87)	(390,96)
Outras Receitas – Outras	2.007.657,73	2.174.623,71	(7,68)
<b>Total</b>	<b>144.079.428,05</b>	<b>141.093.455,88</b>	<b>2,12</b>

Receita - Fornecimento de Energia por classe	Receita (R\$)		
	2020	2019	Varição %
Residencial	55.392.416,06	54.350.624,35	1,92
Industrial	19.068.841,94	17.457.573,86	9,23
Comercial	31.565.164,21	35.506.382,21	(11,10)
Rural	12.381.257,66	11.264.948,33	9,91
Poderes Públicos	2.679.332,90	3.140.521,43	(14,69)
Iluminação Pública	3.344.505,07	4.271.793,59	(21,71)
Serviço Público	3.690.319,31	3.584.385,18	2,96
<b>TOTAL</b>	<b>128.121.837,15</b>	<b>129.576.228,95</b>	<b>(1,14)</b>

## Deduções a Receita e Impostos:

As Deduções à Receita somaram de R\$59.238.399,24 e tiveram um aumento de 3,71% em relação a 2019 que foram de R\$57.117.410,82, encargos do consumidor com 6,95% e Impostos, com 2,81%, conforme quadros abaixo:

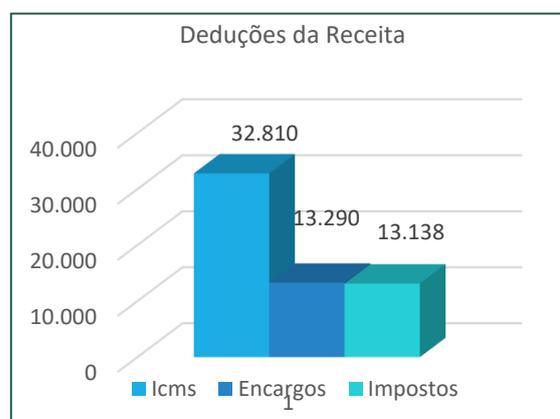
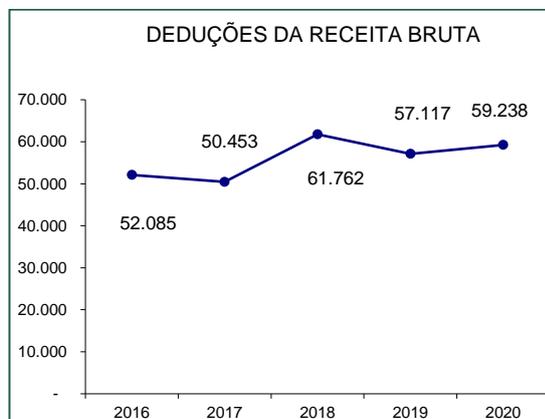
Encargos do Consumidor	2020	2019	Variação %
Taxa de Fiscalização	122.683,02	122.618,28	0,05
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	9.979.146,96	11.288.790,44	(11,60)
Programa de Eficiência Energética	400.932,87	397.566,15	0,85
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	400.932,87	397.566,15	0,85
Bandeiras Tarifárias	515.122,20	217.946,08	136,35
Encargos do Sistema	1.871.525,01	2.212,46	84.480,18
<b>Total</b>	<b>13.290.069,93</b>	<b>12.426.699,50</b>	<b>6,95</b>

- Os Encargos do Consumidor, tiveram um aumento de 6,95% em relação ao ano de 2019, sendo de R\$13.290.069,93 em 2020 e R\$12.426.699,50 em 2019, tendo como principal item de diminuição os encargos de Cde e o aumento de Encargos de Uso do Sistema.

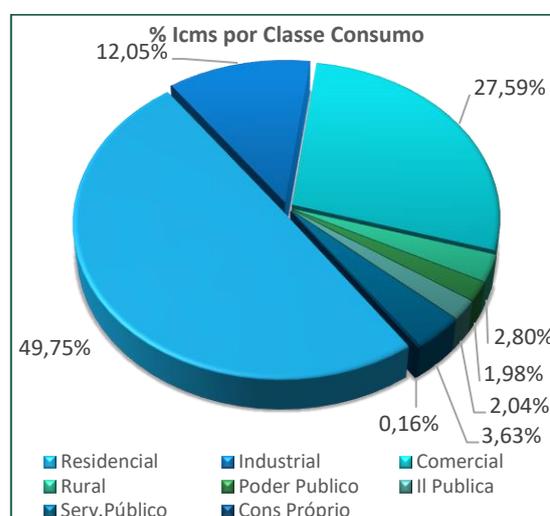
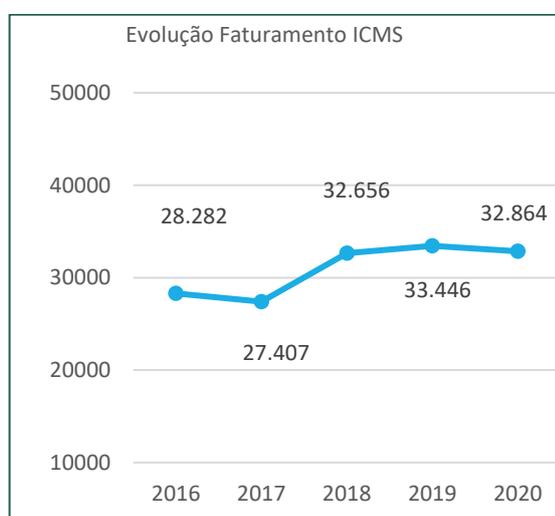
Impostos	2020	2019	Variação %
Icms	32.810.306,91	33.392.364,15	(1,74)
Cofins	10.753.887,68	9.248.943,79	16,27
Pis/Pasep	2.334.725,64	2.007.994,40	16,27
Iss	49.409,18	41.408,98	19,32
<b>Total</b>	<b>45.948.329,41</b>	<b>44.690.711,32</b>	<b>2,81</b>
<b>Total Deduções a Receita</b>	<b>59.238.399,24</b>	<b>57.117.410,82</b>	<b>3,71</b>

- O ICMS apurado no ano de 2020 foi de R\$32.810.306,91 tendo uma variação negativa de 1,74% em relação ao ano de 2019, R\$33.392.364,15.

- Os tributos (Pis/Pasep, Cofins, Iss) somados representaram um valor de R\$ 13.138.022,50 tendo uma variação de 16,28% em comparação ao ano anterior.



ICMS Faturado por classe	2020	2019	Varição %
Residencial	16.348.738,70	16.123.887,41	1,39
Industrial	3.961.394,64	3.256.679,56	21,64
Comercial	9.066.299,93	10.216.859,05	(11,26)
Rural	920.627,28	1.034.155,82	(10,98)
Poder Público	652.194,11	738.971,04	(11,74)
Iluminação Pública	668.900,63	854.358,30	(21,71)
Serviço Público	1.192.151,62	1.167.452,97	2,12
Consumo Próprio	53.716,04	53.840,54	0,23
<b>Total</b>	<b>32.864.022,95</b>	<b>33.446.204,69</b>	<b>(1,74)</b>



## Despesas operacionais

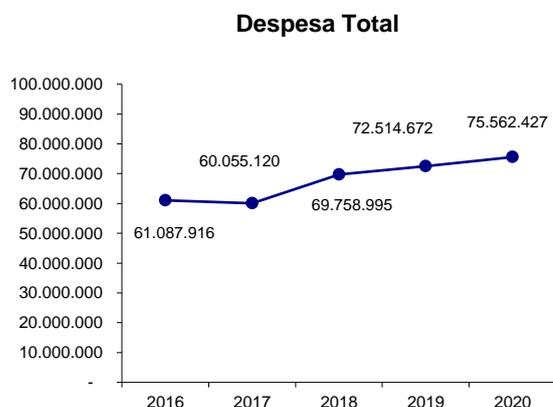
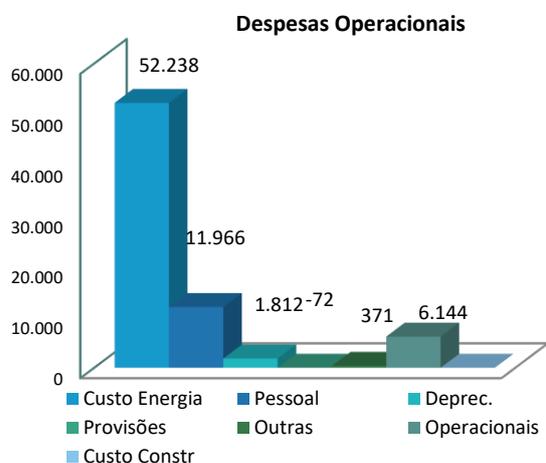
As despesas operacionais somaram R\$75.562.427,35 aumentando 4,20% em relação ao ano de 2019 que foram de R\$72.514.672,84, sendo assim representadas:

- Despesas com o custo com Energia Elétrica foram de R\$52.237.684,72 em 2020 e R\$47.560.160,37 em 2019, tendo uma variação de 9,83%.

Custo com Energia Elétrica	2020	2019	Varição %
Compra de Energia para Revenda	41.425.674,11	39.808.249,07	4,06
Encargos de Uso do Sistema – Demanda	7.121.736,32	5.578.955,22	27,65
Encargos de Uso de Conexão	4.756.731,60	3.424.461,34	38,90
Microgeração	2.497.985,38	1.320.690,22	89,14
Proinfa	1.365.315,00	1.650.260,16	(17,27)
Custo administrativo	227.851,45	180.959,86	25,91
Créditos de Pis/Cofins	(5.157.609,14)	(4.403.415,50)	17,13
<b>Total</b>	<b>52.237.684,72</b>	<b>47.560.160,37</b>	<b>9,83</b>

<b>Pessoal</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Variação %</b>
Administração	1.054.716,87	1.018.416,36	3,56
<b>Funcionários</b>			
Remuneração	5.383.504,38	4.984.010,45	8,02
Encargos	2.111.866,65	1.930.796,53	9,38
Despesas rescisórias	74.594,99	158.769,97	(112,84)
Outros Benefícios	2.260.880,62	2.093.744,49	7,98
Provisões	1.626.614,58	1.465.187,35	11,02
Estagiários	160.673,54	183.420,82	(12,40)
(-) Transferências para ordens	(733.103,44)	(659.429,80)	11,17
Outros	26.445,58	66.433,16	(60,19)
<b>Subtotal</b>	<b>10.911.476,90</b>	<b>10.222.932,97</b>	<b>6,74</b>
<b>Total</b>	<b>11.966.193,77</b>	<b>11.241.349,33</b>	<b>6,45</b>

<b>Demais Despesas Gerais</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Variação %</b>
Material	965.597,81	968.546,98	(0,30)
Serviço de terceiros	2.248.945,26	2.269.551,32	(0,91)
Impostos e taxas	46.115,13	60.308,25	(23,53)
Aluguéis e seguros	344.287,72	192.878,12	78,50
Provisões/Reversões	(71.535,65)	2.700.010,38	(102,65)
Outras despesas	2.755.389,04	2.626.756,50	4,90
Perdas nas desativações	334.162,85	405.159,92	(17,52)
Recuperação de despesas	(180.010,89)	(180.528,65)	(0,29)
<b>Total</b>	<b>6.442.951,27</b>	<b>9.042.682,82</b>	<b>(40,35)</b>
Depreciação/Amortização	1.811.502,98	1.758.577,45	3,01
Despesa construção	3.104.094,61	2.911.902,87	6,60
<b>Total</b>	<b>4.915.597,59</b>	<b>4.670.480,32</b>	<b>5,25</b>
<b>Total despesas gerais</b>	<b>11.358.548,86</b>	<b>13.713.163,14</b>	<b>(20,73)</b>



## Receitas e Despesas Financeiras:

Receitas Financeiras	2020	2019	Variação %
Renda de Aplicações Financeiras	139.054,29	151.110,67	(7,98)
Acréscimos Moratórios Contas Energia	2.691.463,91	1.397.257,74	92,62
Atualização CVA	93.100,58	372.450,07	(300,05)
Outras	617.264,81	268.125,33	130,22
(-) Tributos	(164.651,08)	(101.785,87)	61,76
<b>Total</b>	<b>3.376.232,51</b>	<b>2.087.157,94</b>	<b>61,76</b>
Despesas Financeiras			
Encargos de Dívidas	2.307.796,09	1.949.496,26	18,38
Multas/Juros	1.056.787,57	116.786,87	804,89
Juros Bancários/lof	342.020,16	627.894,04	(83,58)
Juros sobre o capital próprio	1.163.326,46	781.315,35	48,89
Variações Cambiais – Compra Energia	537.490,01	86.147,27	523,92
Atualizações CVA	66.386,92	92.027,41	(38,62)
Outras	25.452,36	28.712,39	(12,81)
<b>Total</b>	<b>5.499.259,57</b>	<b>3.682.379,59</b>	<b>49,34</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.123.027,06)</b>	<b>(1.595.221,65)</b>	<b>33,09</b>

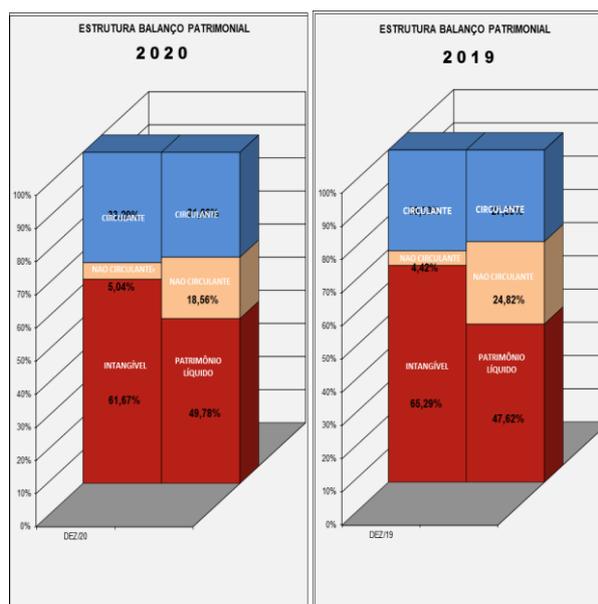
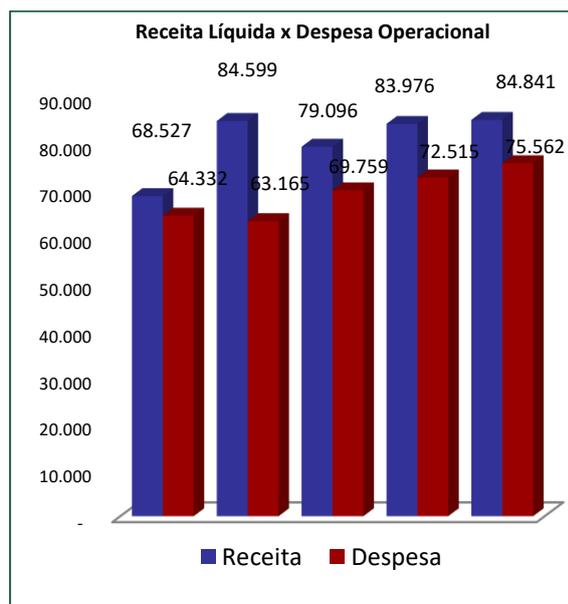
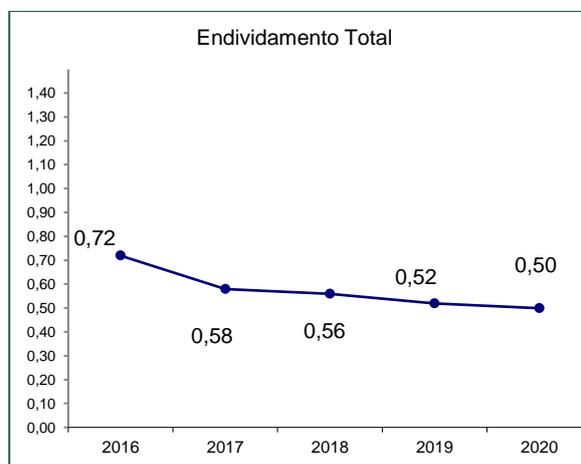
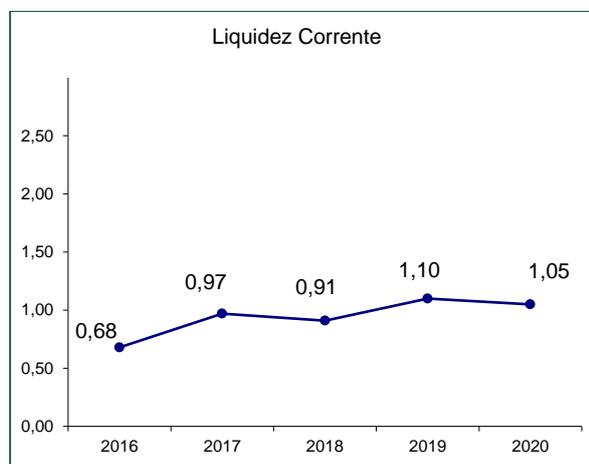
As multas e juros em se referem a multa sobre Auto de Lançamento da Sefaz/RS s/cobrança de Icms sobre a subvenções tarifárias, no período 2013/2018. A referida questão está sendo contestada judicialmente.

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coeficiente	Formula		2020	2019
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,39	0,19
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	1,05	1,10
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.}+\text{Realiz L/P}}{\text{P.Circ.}+\text{Exig. L/P}}$	%	0,76	0,66
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,50	0,52
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	0,10	0,11
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,89	0,86
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,62	0,65
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,14	0,13
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,65	0,60
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$	(1.102)	5.805
Lucro Líquido	Lucro	R\$	5.755	6.473
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$	11.090	13.220

## Lucro Líquido/Prejuízo:

O Lucro do Exercício em 2020 foi de R\$5.755.362,30 ante um lucro de R\$6.472.966,73 em 2019 sendo 11,09% inferior ao resultado de 2019.



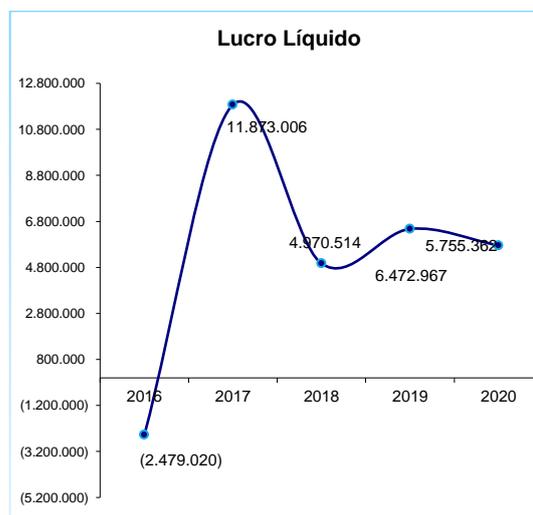
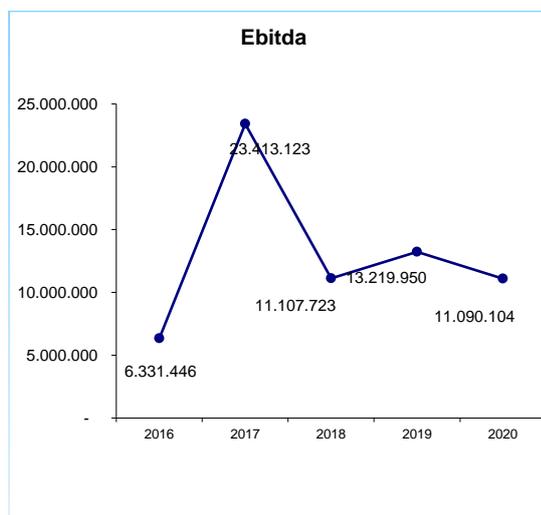
Endividamento Líquido	2020	2019	Varição %
<b>Dívida Bruta</b>	<b>17.818.953</b>	<b>23.901.075</b>	<b>(34,13)</b>
Empréstimos	9.992.308	11.287.243	(12,96)
Parcelamentos (Tributos)	7.803.849	12.591.036	(61,34)
Dividendos	22.796	22.796	0
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>13.841.560</b>	<b>5.809.313</b>	<b>138,27</b>
Disponibilidades	13.739.488	5.623.816	144,31
Outros ativos financeiros	102.072	185.497	(81,73)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.977.393</b>	<b>18.091.762</b>	<b>(354,86)</b>
<b>% comprometimento Patrimônio Líquido</b>	<b>7,16</b>	<b>35,69</b>	<b>398,46</b>

## Ebitda:

O Ebitda ou Lucro antes das receitas e despesas financeiras e da depreciação foi de R\$11.090.104,34 sendo 19,20% inferior ao de 2019 que foi de R\$13.219.949,87.

A margem líquida é o indicador que expressa a relação entre o lucro operacional da atividade e a receita líquida de vendas.

Ebitda	2020	2019
Lucro Líquido	5.755.362,30	6.472.966,73
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.163.326,46)	(781.315,35)
(+) Impostos	2.563.538,46	4.174.499,19
(-) Receita Financeira	(3.376.232,51)	(2.087.157,94)
(+) Despesa Financeira	5.499.259,57	3.682.379,59
(+) Depreciação/Amortização	1.811.502,98	1.758.577,45
<b>Ebitda</b>	<b>11.090.104,34</b>	<b>13.219.949,67</b>
<b>Margem líquida</b>	<b>13,07%</b>	<b>15,74%</b>



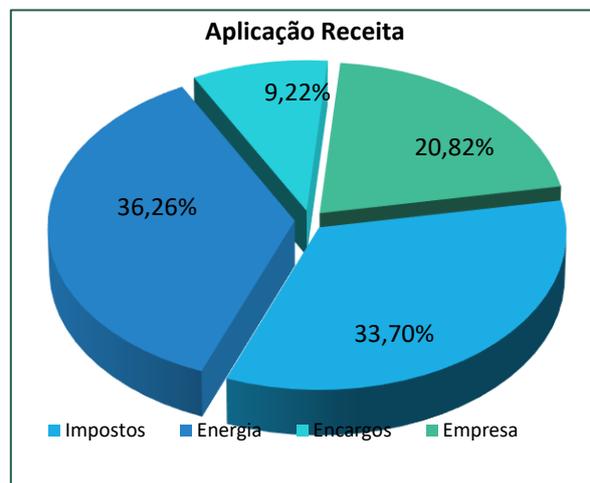
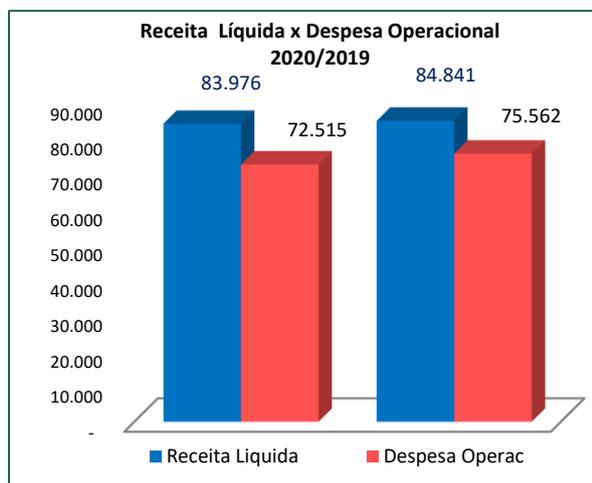
## Investimentos:

Imobilizações/R\$ do ano	2020	2019	2018
Redes de Distribuição	2.130.463	1.762.191	1.969.988
Linhas de Transmissão	0	0	0
Subestações	2.576	10.487	30.890
Terrenos/Edificações	1.804	0	28.486
Medidores/Tele medição	545.030	730.634	305.408
Veículos	0	0	0
Equipamentos	64.798	164.005	60.154
<b>Total das Imobilizações</b>	<b>2.744.671</b>	<b>2.667.317</b>	<b>2.394.926</b>

Valores Adicionados	2019	2018	2017
Geração	0	0	0
Distribuição	2.686.687	2.503.312	2.369.321
Administração	57.984	164.005	25.605
<b>Total das Imobilizações</b>	<b>2.744.671</b>	<b>2.667.317</b>	<b>2.394.926</b>

Receitas x Despesas Operacionais	2020	%	2019	%
Impostos Diretos	48.561.231		48.927.877	34,68
Energia Comprada	52.237.685		47.560.160	33,71
Encargos Governamentais/Setorial	13.290.070		12.426.498	8,81
Parte Empresa - Despesas Operac/Invest/Lucro	29.990.442		38.178.921	22,91
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>144.079.428</b>		<b>141.093.456</b>	<b>100,00</b>



Indicadores Econômico-Financeiros – Detalhamento do DVA					
Distribuição da Riqueza – Governo e Encargos Setoriais	2020			2019	
	R\$ Mil	%	Var.%	R\$ Mil	%
<b>TRIBUTOS/TAXAS/CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>50.896</b>	<b>79,29</b>	<b>(0,34)</b>	<b>51.069</b>	<b>80,43</b>
ICMS	32.810	51,12	(1,74)	33.392	52,59
PIS/PASEP	2.335	3,64	16,27	2.008	3,16
COFINS	10.754	16,75	16,27	9.249	14,57
ISS	49	0,08	19,32	41	0,07
INSS	1.859	2,90	9,81	1.693	2,67
FGTS	480	0,75	6,28	451	0,71
IRPJ a pagar do exercício	1.865	2,91	(38,51)	3.033	4,78
CSSL a pagar do exercício	698	1,09	(38,79)	1.141	1,80
OUTROS	46	0,07	(23,53)	60	0,09
<b>ENCARGOS SETORIAIS</b>	<b>12.290</b>	<b>20,71</b>	<b>6,95</b>	<b>12.426</b>	<b>19,57</b>
Bandeiras Tarifárias	515	0,80	136,35	218	0,34
CCC	0	0	0	0	0
CDE	9.979	15,55	11,60	11.289	17,78
CFURH	0	0	0	0	0
TFSEE	123	0,19	0,05	123	0,19
ESS	1.871	2,92	84480,1	2	0
PEE/P&D	802	1,25	0,85	795	1,25
<b>= VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO</b>	<b>64.186</b>	<b>100,00</b>	<b>1,09</b>	<b>63.496</b>	<b>100,00</b>
Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas	2020			2019	
Ano Base	R\$ Mil	%	Var.%	R\$ Mil	%
EMPREGADOS	10.108	14,26	5,85	9.549	13,70
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	50.417	71,11	(0,40)	50.618	72,63
FINANCIADORES	4.624	6,52	51,37	3.055	4,38
ACIONISTAS	5.755	8,12	(11,09)	6.473	9,29
<b>= VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO</b>	<b>70.904</b>	<b>100,00</b>	<b>1,73</b>	<b>69.695</b>	<b>100,00</b>

## Revisão Tarifária

A revisão tarifária é realizada a cada 5 anos e está prevista no contrato de concessão e tem como objetivo reposicionar as tarifas para assegurar a remuneração dos investimentos prudentes e cobertura dos custos operacionais eficientes, de modo a proporcionar um serviço de qualidade aos consumidores.

A 4ª Revisão Tarifária Periódica – RTP da ELETROCAR ocorreu em 22 de julho de 2017, nos períodos entre as revisões são realizados os reajustes tarifários.

De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 084/2000, firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá na data de 22 de julho de 2022.

## Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do INPC, ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº. 2731 de 21/07/20 (nº. 2574 de 16/07/19), as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada, resultantes do processo de reajuste tarifário de 2020, cujo reajuste médio foi de 4,70% (-5,33% em 2019) a ser aplicada a partir de 22/07/20.

Confira abaixo os índices que foram aplicados às contas de luz dos consumidores:

Ano		2019		
Consumidores Residenciais – B1	Baixa tensão – em média	Alta tensão – em média	Efeito médio para o consumidor	
(7,15%)	(6,01%)	(3,69%)	(5,33%)	
Ano		2020		
Consumidores Residenciais – B1	Baixa tensão – em média	Alta tensão – em média	Efeito médio para o consumidor	
4,88%	3,70%	4,27%	4,70%	

O efeito médio da alta tensão refere-se às classes A1 (>= 230 kV), A2 (de 88 a 138 kV), A3 (69 kV) e A4 (de 2,3 a 25 kV). Para a baixa tensão, a média engloba as classes B1 (Residencial e subclasse residencial baixa renda); B2 (Rural: subclasses, como agropecuária, cooperativa de eletrificação rural, indústria rural, serviço público de irrigação rural); B3 (Industrial, comercial, serviços e outras atividades, poder público, serviço público e consumo próprio); e B4 (Iluminação pública).

Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a Agência considera a variação de custos associados à prestação do serviço. O cálculo leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais.

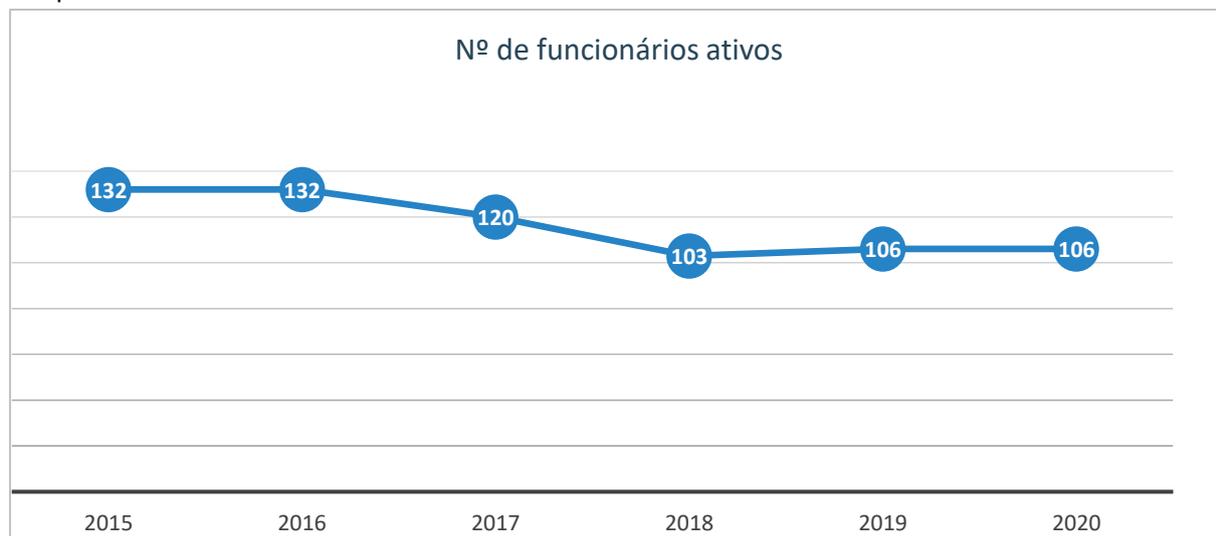
Componentes e índices de reajuste:

Componentes	2020		2019	
	Peso	% Reajuste	Peso	% Reajuste
Compra de energia	38,96	6,00	38,82	(11,06)
Transporte de energia	14,23	3,94	11,52	2,20
Encargos setoriais	15,49	0,50	16,48	0,10
Receitas irrecuperáveis	0,07	0,002	0,07	0,004
Custos gerenciáveis	31,25	0,26	33,11	(1,20)
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>10,70</b>	<b>100,00</b>	<b>(9,96)</b>
Outros Componentes	-	3,99	-	7,23
Componentes financeiros	-	(7,22)	-	(2,60)
Efeito conta Covid	-	(2,77)	-	0
<b>Reajuste Aplicado</b>	<b>-</b>	<b>4,70</b>	<b>-</b>	<b>(5,33)</b>

## DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

### Indicadores Sociais Internos

Ao final do período de 2020, a Eletrocar contava com 106 empregados ativos, conforme demonstrado no quadro abaixo.



### Quadro Funcional

Movimento/Nº de Empregados	2020	2019
Empregados no início do período	114	109
Admissões	5	14
Demissões	5	9
<b>Total de Empregados</b>	<b>114</b>	<b>114</b>
Aposentado/Invalidez/Afastados Inss	(8)	(8)
<b>Empregados ativos</b>	<b>106</b>	<b>106</b>
Estagiários	16	15

Grau instrução dos empregados	2020	2019
Não Alfabetizados	0	0
Ensino Fundamental	3	3
Ensino Médio	59	61
Ensino Superior	35	33
Pós-graduação	09	9

Empregados por Áreas	2020	2019
Técnica	57	53
Usinas	0	0
Comercial	19	20
Administrativa	30	33

<b>Administração</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Diretoria	2	2
Conselho de Administração	7	6
Conselho Fiscal	3	3
Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
Assessorias	1	1

### **Estagiários e Menor Aprendiz:**

A empresa mantém estagiários, que frequentam escolas profissionalizantes em nível de 2º grau e Universidades de nossa cidade, dando oportunidade para seu desenvolvimento profissional e experiência prática na sua formação.

A empresa mantém programa de jovem aprendiz em seu quadro de funcionários, conforme legislação, proporcionando a estes um ambiente de aprendizagem prática e desafios crescentes para que, ao final do programa, tenham melhores conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho.

<b>Área de atuação</b>	<b>Estagiários</b>		<b>Menor Aprendiz</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Técnica	0	0	0	0
Comercial	7	8	0	0
Administrativa	9	6	3	5

## Indicadores Sociais

<b>Indicadores Sociais Externos</b>			
<b>Clientes/ Consumidores</b>			
<b>Excelência no Atendimento</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Perfil de consumidores e clientes</b>			
Venda de energia por classe tarifária (GWh): % Total	100,00	100,00	100,00
Residencial	34,34	32,75	33,03
Industrial	23,36	23,37	22,45
Comercial	20,55	22,11	22,61
Rural	12,74	11,63	11,77
Poder público	1,74	2,02	2,25
Iluminação Pública	4,23	5,21	5,06
Serviço Público	2,91	2,80	2,72
Consumo Próprio	0,12	0,11	0,11
<b>Satisfação do cliente</b>			
Índices de satisfação obtidos pela Pesquisa IASC – ANEEL	Não realizado até	79,36	66,43
<b>Atendimento ao consumidor</b>			
Total de atendimentos (Call center)	79.119	74.953	55.770
Número de atendimentos nos escritórios regionais	10.494	16.036	36.441
Número de atendimentos por meio da Internet	65.861	40.475	30.496
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	14,67	15,76	23,10
Tempo médio de espera até o início de atendimento (min.)	7:02	0:57	4:52
Tempo médio de atendimento (min.)	5:10	2:16	5:27
<b>Número de reclamações de consumidores encaminhadas</b>			
À Empresa	9.913	11.813	14.170
À ANEEL – agências estaduais / regionais	18	16	18
Ao Procon	0	1	-
À Justiça	12	15	11
<b>Reclamações – Principais motivos</b>			
Reclamações referentes a prazos na execução de serviços (%)	0,22	0,20	0,01
Reclamações referentes ao fornecimento inadequado de energia (%)	91,94	97,02	97,20
Reclamações referentes ao consumo/leitura (%)	4,42	0,03	0,01
Reclamações referentes ao corte indevido (%)	0,04	0	0
Reclamações por conta não entregue (%)	0,04	0,12	0,01
Reclamações por Danos Elétricos (%)	3,34	2,63	2,54
<b>Reclamações solucionadas</b>			
Durante o atendimento (%)	92,20	97,02	97,20
Até 30 dias (%)	7,70	2,78	2,54
Entre 30 e 60 dias (%)	0,10	0,02	0,03
Mais que 60 dias (%)	0	0	0
Reclamações julgadas procedentes em relação ao total de reclamações recebidas (%)	89,30	81,20	83,03
Reclamações solucionadas em relação ao número de reclamações procedentes (%)	100	100	100
Quantidade de inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou do serviço de atendimento ao consumidor.	1	1	1

<b>Indicadores Sociais Internos</b>			
<b>Empregados/ empregabilidade/administradores</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>a) Informações gerais</b>			
Número total de empregados	106	106	103
Empregados até 30 anos de idade (%)	10,38	14,15	11,65
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	30,19	27,36	29,13
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	32,08	31,13	33,01
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	27,36	27,36	26,21
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	19,81	22,64	21,36
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	16,67	16,67	28,57
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	2,83	3,77	2,91
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	11,32	12,26	10,68
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	0,00	0,00	14,29
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	15,09	13,21	18,45
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	1,89	4,72	4,85
Empregados portadores de deficiência	2	2	2
<b>b) Remuneração, benefícios e carreira</b>			
Remuneração	10.911	10.215	11.146
Folha de pagamento bruta (R\$ Mil)	7.558	7.264	8.016
Encargos sociais compulsórios (R\$ Mil)	3.191	2.951	3.130
Benefícios total (R\$ Mil)	2.267	2.094	1.895
Educação (R\$ Mil)	77	83	107
Alimentação (R\$ Mil)	1.175	1.210	1.259
Transporte (R\$ Mil)	26	32	29
Saúde (R\$ Mil)	724	601	484
Fundação	0	0	0
Outros (Auxílio creche/Compl. Acid. Trabalho)	108	138	123
<b>c) Participação nos resultados</b>			
Investimento total em programa de participação nos resultados da empresa (R\$ Mil)	0	0	0
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	0	0	0
Ações da empresa em poder dos empregados (%)	0	0	0
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela empresa (inclui participação nos resultados e bônus)	15,01	14,72	14,72
Divisão da menor remuneração da empresa pelo salário mínimo nacional vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus)	1,48	1,43	1,44
<b>d) Perfil da remuneração – Identificar a percentagem de empregados em cada faixa de salários Faixas (R\$)</b>			
Até 1.000,00	1,89	4,72	4,85
De 1.000,01 a 2.500,00	45,28	42,45	41,75
De 2.500,01 a 5.000,00	38,68	39,62	40,78
Acima de 5.000,00	14,15	13,21	12,62
Por Categorias (salário médio no ano corrente) – R\$			
Cargos de diretoria	11,71	10,91	9,74
Cargos gerenciais	12,69	12,42	11,91
Cargos administrativos/produção	3,32	3,24	2,95
<b>e) Saúde e segurança no trabalho</b>			
Média de horas extras por empregado/ano	9,55	9,57	8,91
Número total de acidentes de trabalho com empregados	7	4	3
Número total de acidentes de trabalho com terceirizados / contratados	0	0	0

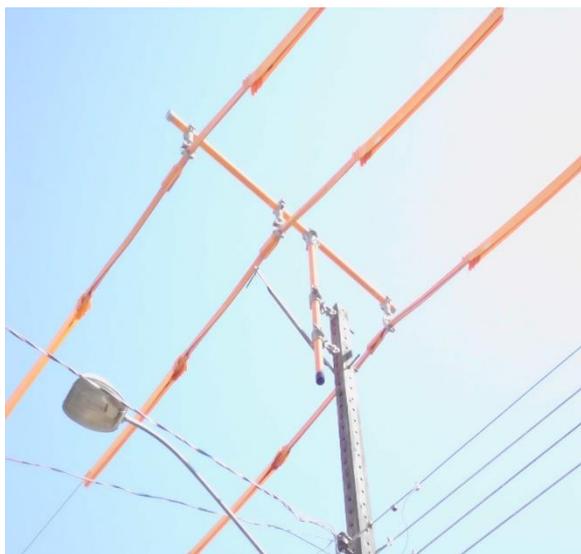
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,54	0,32	0,22
Acidentes com afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	100	50	100
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	0	0	0
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados	0	0	0
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para terceirizados/ contratados	0	0	0
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV(R\$mil)	0	0	0
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ MIL)	0	0	0
<b>f) Desenvolvimento profissional</b>			
Perfil da escolaridade — discriminar, em percentagem, em relação ao total dos empregados			
Ensino fundamental	2,83	2,83	2,91
Ensino médio	55,66	57,55	56,31
Ensino superior	33,02	31,13	33,01
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	8,49	8,49	7,77
Analfabetos na força de trabalho (%)	0	0	0
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação (%)	0,99	1,26	0,73
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado	38,60	26,82	21,62
<b>g) Comportamento frente a demissões</b>			
Número de empregados ao final do período	106	106	103
Número de admissões durante o período	05	14	8
Reclamações trabalhistas iniciadas por total de demitidos no período	40%	33,33%	20%
<b>j) Administradores</b>			
Remuneração e/ou honorários totais (R\$ Mil) (A)	140,53	130,94	250,24
Número de Diretores (B)	2	2	2
Remuneração e/ou honorários médios A/B	11,71	10,91	9,74
Honorários de Conselheiros de Administração (R\$ Mil)	187,14	164,01	159,37
Número Conselheiros de Administração (D)	7	6	6
Honorários médios C/D	2,22	2,22	2,21
<b>Indicadores Sociais Externos</b>			
<b>Comunidade</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>c) Tarifa de Baixa Renda</b>			
Número de clientes/consumidores com tarifa de baixa renda	769	1.081	947
Total de clientes/consumidores com tarifa de baixa renda em relação ao total de clientes/consumidores residenciais (%)	2,54%	3,64%	3,25%
<b>d) Envolvimento da empresa com ação social</b>			
Consumidores cadastrados no Programa Bolsa Família/Número de consumidores do segmento “baixa renda” (%)	88,17%	59,30%	95,56%
<b>Indicadores do Setor Elétrico</b>			
<b>Tarifa Baixa Renda</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Número de domicílios atendidos como “baixa renda”	678	641	947
Total de domicílios “baixa renda” do total de domicílios atendidos (clientes/consumidores residenciais) (%)	2,24%	2,16%	3,25%
Receita de faturamento na subclasse residencial “baixa renda” (R\$ Mil).	615	1.006	1.118
Total da receita de faturamento na subclasse residencial “baixa renda” em relação ao total da receita de faturamento da classe residencial (%)	1,11%	1,85%	2,14%
Subsídio recebido (ELETROBRÁS), relativo aos consumidores “baixa renda” (R\$ Mil).	266,35	264,37	341,57

## DIMENSÃO AMBIENTAL

---

### Meio Ambiente

Na atividade de distribuição de energia elétrica a empresa utiliza basicamente as vias públicas para a instalação dos postes e fios e pouco interfere no meio ambiente, pois o seu maior impacto é na poda da arborização urbana, necessária para garantir a qualidade da energia aos consumidores. Na área rural foi elaborado projeto para execução da poda e revegetação sob as redes elétricas rurais.



### Destino de materiais inservíveis

Os óleos utilizados nas máquinas das turbinas de ambas as usinas e demais materiais, tais como ornamentos natalinos, fiação com isolamento plástico, placas de computador, gabinetes, sucatas eletrônicas, motores da linha branca, proteções em policarbonato para medidores e varas de manobra em fibra de vidro, foram encaminhadas para reciclagem através da empresa WCA resíduos.

## Responsabilidade Social

O Balanço Social é o instrumento utilizado para mensurar a qualidade da relação de cada instituição com seus colaboradores, o cumprimento de cláusulas sociais, a participação do corpo funcional nos resultados econômicos, as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de integração das empresas e demais entidades com a comunidade e o meio ambiente. Através de ações e projetos sociais, a empresa investe em iniciativas que refletem sua preocupação com a qualidade de vida, formação educacional e profissional. Este relatório visa divulgar o quanto a empresa contribui para o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

### Balanço Social

1	BASE DE CÁLCULO	2020			2019		
1.1	RECEITA LÍQUIDA (RL)	84.841			83.976		
1.2	RESULTADO OPERACIONAL (RO)	7.156			9.866		
1.3	FOLHA PAGAMENTO BRUTA (FPB)	11.966			11.241		
2	INDICADORES LABORAIS	2020	%s/RL	% s/FPB	2019	% s/RL	% s/FPB
2.1	ALIMENTAÇÃO	1.262	1,49	10,55	1.123	1,34	9,98
2.2	ENCARGOS SOCIAIS COMPULSÓRIOS	2.112	2,49	17,65	1.931	2,30	17,18
2.3	PREVIDÊNCIA PRIVADA	0	0	0	0	0,00	0,00
2.4	SEGURANÇA	68	0,08	0,57	51	0,06	0,45
2.5	VESTUÁRIO	9	0,01	0,08	4	0,00	0,03
2.6	SAÚDE	781	0,92	6,53	649	0,77	5,77
2.7	EDUCAÇÃO	107	0,13	0,89	137	0,16	1,21
2.8	CAPACITAÇÃO E DESENV. PROFISSIONAL	75	0,09	0,63	83	0,10	0,74
2.9	VALE TRANSPORTE	6	0,01	0,05	8	0,01	0,07
2.10	OUTROS BENEFÍCIOS	152	0,18	1,27	297	0,35	2,65
	<b>TOTAL</b>	<b>4.572</b>	<b>5,39</b>	<b>38,21</b>	<b>4.281</b>	<b>5,10</b>	<b>38,09</b>
3	INDICADORES SOCIAIS	2020	% s/RI	% s/FI	2019	% s/RI	% s/FI
3.1	IMPOSTOS e TAXAS	45.975	54,19	642,51	44.734	53,27	453,41
3.2	CONTRIBUIÇÃO P/A SOCIEDADE	329	0,39	4,60	432	0,51	4,38
	<b>TOTAL</b>	<b>46.304</b>	<b>54,58</b>	<b>647,11</b>	<b>45.167</b>	<b>53,79</b>	<b>457,79</b>
4	INVESTIMENTOS SOCIAIS	2020	% s/RI	% s/FI	2019	% s/RI	% s/FI
4.1	Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	401	0,47	5,60	398	0,47	4,03
4.2	Programa Eficiência energética	401	0,47	5,60	398	0,47	4,03
4.3	Meio Ambiente (despesa)	121	0,14	1,69	150	0,18	1,53
4.4	Meio Ambiente - Imobilizado em curso	0	0	0	0	0	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>923</b>	<b>1,09</b>	<b>12,90</b>	<b>946</b>	<b>1,13</b>	<b>9,58</b>

5	INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2020	2019	2018
5.1	Empregados no final do período	114	114	103
5.2	Admissões no período	05	14	8
5.3	<b>Escolaridade dos Empregados:</b>			
	Superior	44	41	42
	Ensino Médio	59	61	58
	Fundamental	3	3	3
	Analfabetos	0	0	0
5.4	<b>Faixa Etária dos Empregados:</b>			
	Até 30 anos	11	15	12
	De 31 a 40 anos	32	29	30
	De 41 a 50 anos	34	33	34
	Acima de 51 anos	29	29	27
5.5	<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>			
	% cargos de chefia ocupados p/mulheres em relação n° total de mulheres	0,04	0,04	9,09
	% cargos de chefia ocupados p/mulheres em relação n° total de gerencias	16,67	16,67	28,57
5.6	<b>Negros que trabalham na empresa</b>	13	13	11
5.7	<b>Portadores de deficiência física</b>	2	2	2
5.8	<b>Estagiários</b>	16	14	19
5.9	<b>Informações relevantes quanto ao exercício de cidadania</b>			
	Relação entre o maior e a menor remuneração	15,01	14,72	14,72
	Acidentes de trabalho	7	4	3

## Contribuições para a Sociedade



Programa “Energia que salva vidas”: por intermédio do programa “Energia que salva vidas”, convênio da Eletrocar com o Hospital de Caridade de Carazinho e Hospital São José de Chapada, a empresa arrecada doações na conta de luz com a devida autorização de cada consumidor, para melhorias na infraestrutura dos hospitais.



Também através de convênios com programas de entidades assistenciais, a Eletrocar arrecada doações na conta de luz com a devida autorização de cada consumidor, para melhorias e manutenção dos seus programas beneficentes.



Por intermédio de convênio com o CIEE - Centro de Integração Empresa e Escola, a empresa mantém estagiários, que frequentam escolas profissionalizantes em nível de 2º grau e Universidades de nossa cidade, dando oportunidade para seu desenvolvimento profissional e experiência prática na formação do estagiário.



O programa “Menor Aprendiz” instituído com base no Art. 428 da CLT e Leis 10097/00, 11180/05 e Decr. 5598/05 onde prevê que todas as empresas tenham menores aprendizes em seu quadro funcional, ajudando desta forma na inserção de jovens no mercado formal de trabalho. A empresa mantém aprendizes em seu quadro de funcionários, proporcionando a estes um ambiente de aprendizagem prática e desafios crescentes para que, ao final do programa, tenham melhores conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho.

## Empregados



O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, tem por objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas para a qualidade de vida, a redução de acidentes de trabalho e o aumento da produtividade. O conceito de segurança alimentar e nutricional se insere no princípio básico do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. A garantia da segurança alimentar e nutricional somente poderá ser assegurada com participação conjunta do governo e da sociedade.



A empresa mantém Programa de Vale Transporte.



O Programa de Incentivo Educacional, com o objetivo de proporcionar aos empregados condições favoráveis ao estudo e estimular o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e, por consequência, o aprimoramento da eficiência e eficácia da organização.



A empresa concede aos funcionários auxílio creche para seus filhos com faixa etária até sete anos, para que possam trabalhar satisfeitos e para se garantir o aprendizado destas crianças.



A Eletrocar mantém Plano de Saúde para seus funcionários da Eletrocar, para cobertura na prestação de assistência médica. A Eletrocar também mantém Programa de Controle de Saúde Ocupacional, realizando a exames periódicos, para controle e prevenção da saúde ocupacional do quadro de funcionários, diminuindo sensivelmente os problemas de doenças e atestados médicos. Também é mantido um seguro de vida em grupo.



A partir da implantação da Certificação ISO, a empresa elabora anualmente um LNT – Levantamento de Necessidades de Treinamento. Ao ser aprovado, o LNT passa a ser um Plano de Treinamento acompanhado e revisado durante o ano, sendo cumprido mediante participação em eventos de cursos, seminários, palestras, etc, com vistas a melhorar o desempenho da organização.



A Eletrocar fornece a todos os funcionários envolvidos em áreas de risco ou insalubres equipamentos de segurança (EPI) e uniformes.



Através da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Cipa foram desenvolvidas diversas atividades e ações que visam o bem estar dos funcionários e seus familiares, desenvolvendo campanhas de prevenção contra acidentes no trabalho, prevenção de Aids e outras doenças, vacinação contra gripe, doação de sangue.



A empresa estimula a participação dos funcionários na doação de sangue, para manter o banco de sangue de nossos hospitais, como forma de salvar vidas.



A empresa estimula seus colaboradores a doações espontâneas para aquisição de gêneros alimentícios e brinquedos a serem distribuídos as crianças de famílias carentes, através de escolas ou creches assistenciais.



A empresa realiza treinamento de um grupo de funcionários ao qual é atribuída a função de Brigada de Incêndio da empresa. O brigadista é ser treinado para ser capaz de identificar situações de emergência, acionar as autoridades competentes quando for necessário, cortar energia e realizar os primeiros socorros quando necessário, controlar o pânico e auxiliar na evacuação de áreas em perigo e combater princípios de incêndio.

# Agradecimentos

---

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar através de sua Diretoria Executiva e de seus empregados, expressa nesta oportunidade seus agradecimentos a todos aqueles que com a sua participação, colaboração e incentivo tornaram possível conduzir a empresa no seu dia-a-dia, superando obstáculos, vencendo desafios, buscando o equilíbrio econômico-financeiro e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, no cumprimento de sua missão e na construção de uma empresa mais forte.





# DEMONSTRAÇÕES 2020

## CONTÁBEIS



# BALANÇO PATRIMONIAL

## EM 31 DE DEZEMBRO

### A T I V O

	<u>NE</u>	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		<b>2 0 2 0</b>	<b>2 0 1 9</b>
<b><u>Circulante</u></b>		<b>37.171</b>	<b>32.246</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.1	13.740	5.624
Consumidores	7.2	16.777	16.865
Serviços em Curso	7.3	362	678
Tributos a Compensar	7.4	596	480
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	3	3
Ativos Financeiros Setoriais	7.6	0	3.950
Investimentos temporários	7.7	49	0
Créditos a Receber	7.8	2.772	2.545
Estoques	7.9	2.834	2.064
Despesas Antecipadas	7.10	38	37
		<b>74.492</b>	<b>74.187</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>			
Consumidores	7.2	2.464	0
Investimentos temporários	7.7	53	186
Tributos a Compensar	7.4	920	2.755
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	90	412
Ativos Financeiros da Concessão	7.12	1.835	1.026
Outros Créditos	7.11	268	323
		<b>5.630</b>	<b>4.702</b>
Intangíveis - em Serviço	7.12	67.725	69.014
Intangíveis - em Curso	7.12	1.137	471
		<b>68.862</b>	<b>69.485</b>
<b><u>TOTAL DO ATIVO</u></b>		<b>111.663</b>	<b>106.433</b>



## BALANÇO PATRIMONIAL

### EM 31 DE DEZEMBRO

### PASSIVO

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2020	2019
<b><u>Circulante</u></b>	<b>35.357</b>	<b>29.329</b>
Fornecedores 7.13.1	8.602	6.685
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	3.460	3.532
Obrigações Sociais e Trabalhistas 7.13.3	1.492	1.377
Tributos 7.13.2	7.453	6.817
Dividendos Declarados -	23	23
Encargos Setoriais 7.13.4	10.416	9.007
Passivos Financeiros Setoriais 7.5	2.957	1.196
Outras Obrigações 7.13.5	954	692
Provisões Passivas 7.13.7		0
<b><u>Não Circulante</u></b>	<b>20.725</b>	<b>26.419</b>
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	5.281	7.756
Tributos 7.13.2	6.533	10.452
Provisões Passivas 7.13.7	8.524	8.211
Outras Obrigações	387	0
<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>	<b>55.581</b>	<b>50.685</b>
Capital Realizado Atualizado 7.14.1	16.300	16.300
Reservas de Capital 7.14.2	82	68
Ajuste de Avaliação Patrimonial 7.14.3	25.558	26.278
Reservas de Lucros 7.14.4	13.641	8.039
<b><u>TOTAL DO PASSIVO</u></b>	<b>111.663</b>	<b>106.433</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2020	2019
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	7.16	<b>144.079</b>	<b>141.093</b>
Fornecimento de energia elétrica	7.16.1	127.652	129.453
Subsídios tarifários	7.16.1	6.738	6.487
Suprimento – CCEE	7.16.1	3.317	499
Receitas de compensação tarifária	7.16.1	1.261	(433)
Receita construção de infraestrutura concessão	7.16.1	3.104	2.912
Outras receitas	7.17	2.007	2.175
<b>Deduções da receita operacional</b>	7.18	<b>59.238</b>	<b>57.117</b>
Taxas regulamentares	7.18.1	13.290	12.427
Icms	7.18.2	32.810	33.392
Cofins/pasep/iss	7.18.2	13.138	11.298
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>84.841</b>	<b>83.976</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>75.562</b>	<b>72.515</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	7.19	<b>55.341</b>	<b>50.472</b>
Energia elétrica comprada para revenda	7.19	39.897	37.549
Encargos de transmissão, conexão	7.19	10.747	8.180
Encargos e demais despesas setoriais	7.19	1.593	1.831
Custo de construção de infraestrutura concessão	7.19	3.104	2.912
<b>Custos de operação</b>	7.20	<b>20.221</b>	<b>22.043</b>
Pessoal		11.966	11.241
Material		966	969
Serviços de terceiros		2.249	2.269
Depreciação e amortização		1.812	1.759
Provisões		(72)	2.700
Outras despesas		3.300	3.105
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>9.279</b>	<b>11.461</b>
Receita financeira	7.21	3.376	2.087
Despesa financeira	7.21	5.499	(3.682)
<b>Resultando financeiro</b>		<b>(2.123)</b>	<b>(1.595)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>7.156</b>	<b>9.866</b>
Reversão juros capital próprio		1.163	781
<b>LUCRO ANTES IMPOSTOS</b>		<b>8.319</b>	<b>10.647</b>
Contribuição social	7.15	(699)	(1.141)
Imposto de renda	7.15	(1.865)	(3.033)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>5.755</b>	<b>6.473</b>
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)		3,60	4,78

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.20 e 31.12.19

Legislação Societária  
Valores em milhares de Reais

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31.12.18 (R\$)</b>	<b>10.432</b>	<b>79</b>	<b>27.233</b>	<b>7.540</b>	<b>000</b>	<b>45.284</b>
Aumento Capital Social	5.868	(27)	-	(5.841)	-	0
Realização/Ajustes de reservas	-	15	(955)	(14)	(116)	(1.070)
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.692	5.692
Destinações propostas a AGO:						
Reserva Legal				285	(285)	0
Reserva Especial de Dividendos a Distribuir				1.323	(1.323)	0
Reserva Especial – Juros s/capital próprio				778	0	778
Reserva de Lucros				3.968	(3.968)	0
<b>SALDOS EM 31.12.19 (R\$)</b>	<b>16.300</b>	<b>67</b>	<b>26.278</b>	<b>8.039</b>	<b>000</b>	<b>50.684</b>
Aumento Capital Social						
Realização/Ajustes de reservas		14	(720)	(28)	(117)	(851)
Lucro do exercício					4.592	4.592
Destinações propostas a AGO:						
Reserva Legal				230	(230)	0
Reserva Especial de Dividendos a Distribuir				1.061	(1.061)	0
Reserva Especial – Juros s/capital próprio				1.156	0	1.156
Reserva de Lucros				3.184	(3.184)	0
<b>SALDOS EM 31.12.20 (R\$)</b>	<b>16.300</b>	<b>81</b>	<b>25.558</b>	<b>13.642</b>	<b>000</b>	<b>55.581</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b><u>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u></b>		
Receitas de venda de energia elétrica	140.975	138.181
Receita de construção de infraestrutura	3.104	2.912
Provisão p/contingências	72	(2.700)
	<b>144.151</b>	<b>138.393</b>
<b>(-) INSUMOS</b>		
Custo da energia comprada	52.238	47.560
Custo de construção de infraestrutura	3.104	2.912
Materiais	966	969
Serviço de terceiros	2.249	2.270
Encargos setoriais	13.290	12.426
Outros encargos	2.965	2.890
	<b>74.812</b>	<b>69.027</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>69.339</b>	<b>69.366</b>
Depreciação e amortização	1.812	1.758
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<b>67.527</b>	<b>67.608</b>
Receitas financeiras	3.376	2.087
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>70.903</b>	<b>69.695</b>
<b><u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u></b>		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	6.345	5.938
Encargos sociais (exceto Inss)	479	451
Benefícios	2.398	2.289
Provisões	1.627	1.465
Indenizações trabalhistas	53	77
Custos imobilizados	(794)	(671)
	<b>10.107</b>	<b>9.549</b>
Governos:		
Icms	32.810	33.392
Pis/Cofins	13.138	11.298
Inss	1.859	1.693
Imposto renda e contribuição social	2.564	4.175
Outros	46	60
	<b>50.417</b>	<b>50.618</b>
Financiadores:		
Despesas financeiras	4.336	2.901
Aluguéis	288	154
	<b>4.624</b>	<b>3.055</b>
Acionistas:		
Remuneração do capital próprio	1.163	781
Lucros retidos/prejuízos	4.592	5.692
	<b>5.755</b>	<b>6.473</b>
<b>VALOR DISTRIBUIDO</b>	<b>70.903</b>	<b>69.695</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2020	2019
<b>Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.592</b>	<b>5.692</b>
<b>Despesas/receitas que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação/amortização	1.812	1.759
Baixas ativo intangível	518	982
Provisão p/créditos liquidação duvidosa	313	2.537
	<b>2.643</b>	<b>5.278</b>
<b>Geração bruta de caixa</b>	<b>7.235</b>	<b>10.970</b>
Consumidores	(88)	602
Impostos a compensar	116	(478)
Estoque	770	376
Despesas antecipadas	1	(2)
Serviços em curso	(316)	42
Ativos financeiros setoriais	(3.950)	(830)
Ativo não circulante	928	3.093
Créditos a receber e outros	277	775
	<b>(2.262)</b>	<b>3.578</b>
Fornecedores	1.917	637
Folha de pagamento	115	48
Tributos	(3.284)	(2.378)
Encargos setoriais	1.408	697
Passivos financeiros setoriais	1.761	(1)
Demais passivos	650	71
	<b>2.567</b>	<b>(926)</b>
<b>Geração operacional de caixa</b>	<b>12.064</b>	<b>6.466</b>
<b>Atividades de investimentos e financiamentos</b>		
Investimentos no ativo permanente	(2.745)	(2.667)
Contribuição e doação do consumidor	179	283
Empréstimos e financiamentos	(2.546)	(2.929)
Dividendos e juros s/capital próprio	1.163	781
	<b>(3.949)</b>	<b>(4.532)</b>
<b>Geração líquida de caixa</b>	<b>8.115</b>	<b>1.934</b>
<b>Saldo das disponibilidades</b>		
No início do período	5.624	3.689
No fim do período	13.739	5.624
<b>Aumento (redução) nas disponibilidades</b>	<b>8.115</b>	<b>1.934</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

### 1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 37.998 consumidores, A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias.

Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do serviço público de energia elétrica.

Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica.

### 2. Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	4º	09/12/15	Distribuição	07/07/2045

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente.

O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão.

### 3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2022. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

### 4. Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica- MCSE” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.



As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site [www.eletrocar.com.br](http://www.eletrocar.com.br) a partir de 30 de abril de 2021.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira da Aneel.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

## 5. Práticas Contábeis Específicas do Setor

---

**5.1 – Plano de Contas** - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL.

**5.2 – Ativos e passivos regulatórios** – A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não incluídas na tarifa. São apropriados ao resultado a medida em que, a receita ou despesa correspondente for faturada.

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

**5.3 – Ativo imobilizado e depreciação** – Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.



Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

**5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão** - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

## 6. Práticas Contábeis Gerais

**6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros** - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

**6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

**6.4 - Estoques** - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

**6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados** - referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais.

**6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica** - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

**6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado** - até 31/12/20 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

**6.8 - Receita e Custo de Construção** - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 - Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a "zero", considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

**6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE** - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

**6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias** - estão apresentados na conta "Obrigações Sociais e Trabalhistas" no Passivo Circulante.

**6.11 - Ativo Financeiro - Indenizável (concessão)** - refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que



estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

**6.12 - Ativos Intangíveis** – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social** - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

**6.14 - Despesas pagas antecipadamente** - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

**6.15 - Aplicações Financeiras** - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

**6.16 - Pis/Cofins** – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o Pis e 7,60% para a Cofins.

**6.17 - Ajuste de Avaliação Patrimonial** - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

**6.18 - Empréstimos e financiamentos** - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

**6.19 - Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

**6.20 - Encargos setoriais** - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

**6.21 - Dividendos** - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

**6.22 - Provisões** - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.



**6.23 - Demais direitos e obrigações** - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

**6.24 - Questões ambientais** - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

**6.25 - Transações entre partes relacionadas** - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mutuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

**6.26 - Demonstrações do valor adicionado** - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

**6.27 - Apuração do resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

## 7. Notas Explicativas

### 7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2020	2019
Caixa e depósitos bancários a vista	309	194
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	13.181	4.967
Numerário em Trânsito	249	463
<b>Total</b>	<b>13.739</b>	<b>5.624</b>

**7.1.1** - As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

**7.1.2** - Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

### 7.2 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas + 90 dias	2020	2019
Residencial	3.300	1.327	983	5.610	5.260
Industrial	1.357	141	164	1.662	1.293
Comércio e serviços	2.335	285	353	2.973	4.957
Rural	1.118	150	52	1.320	1.255
Poder público	58	2	1	61	180
Iluminação pública	231	132	0	363	281
Serviço público	347	0	0	347	305
Consumidor livre	732	0	0	732	533
Serviço taxado e outros	1.104	146	159	1.409	1.672
(-) Arrecadação proc. classific	(14)	0	0	(14)	(23)
Enc. capacidade emergencial	0	0	3	3	3
Renegociação/parcelamento	896	116	133	1.145	536
Não faturado	2.972	0	0	2.972	3.098
Participação financeira cons.	19	0	1	20	65
<b>Subtotal</b>	<b>14.455</b>	<b>2.299</b>	<b>1.849</b>	<b>18.603</b>	<b>19.415</b>
(-) Crédito líq. duvidosa	0	0	(1.827)	(1.827)	(2.550)
<b>Total Consumidores</b>	<b>14.455</b>	<b>2.299</b>	<b>22</b>	<b>16.776</b>	<b>16.865</b>

• Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.



### 7.2.1 – Parcelamentos

Parcelamento de débitos de consumidores referem-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

### 7.2.2 - Receita não faturada

correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida

### 7.2.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2020	2019
Residencial	985	958
Industrial	161	196
Comercial	347	1.180
Rural	44	34
Outros	290	182
<b>Total</b>	<b>1.827</b>	<b>2.550</b>

### 7.3 – Serviços em Curso

Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo:

Composição	2020	2019
Pesquisa e desenvolvimento	275	141
Eficiência energética	83	517
Outros	4	20
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>678</b>

### 7.4 – Tributos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
Icms – compras do ativo imobilizado	99	36	224	42
Icms – Subvenções consumidores	281	311	696	2.713
Inss e outras retenções	4	3	0	0
Imposto de Renda/Contribuição Social	212	130	0	0
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>480</b>	<b>920</b>	<b>2.755</b>

- Icms compras do ativo imobilizado: refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.

- Icms sobre subvenções consumidores: refere-se a cobrança de icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas. A empresa está contestando via judicial e entende que se devido for, deverá ser repassado ao consumidor.

- Imposto de renda retido na fonte e contribuições: originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social.

- Imposto de renda e contribuição social: O saldo de Imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos.



## 7.5 – Depósitos Judiciais e Cauções

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Depósitos	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
Ações cíveis	3	3	0	0
Ações trabalhistas	0	0	90	412
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>90</b>	<b>412</b>

## 7.6 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Composição	CVA Ativa		CVA Passiva	
	2020	2019	2020	2019
Custo de aquisição de energia	0	1.723	0	0
Proinfra	0	47	0	24
Transporte energia - rede básica	0	789	0	0
Transporte energia - Itaipu	0	83	0	0
Conta de desenvolvimento energético - CDE	0	1.096	0	145
Encargos de Serviço – ESS	0	0	0	529
Neutralidade da parcela A	0	212	428	0
Sobrecontratação de energia	0	0	1.272	54
Devoluções tarifárias	0	0	359	444
Outros – Antecipação Parcela B – Cta Covid	0	0	898	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3.950</b>	<b>2.957</b>	<b>1.196</b>

Ativos e Passivos regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativos</b>				
Ativos regulatórios – em recuperação	4.382	2.641	0	0
Ativos regulatórios – em formação	3.614	1.309	0	0
(-) Amortização conta Covid	(7.996)	0	0	0
<b>Total do Ativo</b>	<b>000</b>	<b>3.950</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivos</b>				
Passivos regulatórios – em recuperação	2.550	293	0	0
Passivos regulatórios – em formação	2.152	903	0	0
(-) Amortização conta Covid	(1.745)	0	0	0
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.957</b>	<b>1.196</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Líquido</b>	<b>2.957</b>	<b>2.754</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

- Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic.

- Impactos das medidas da Covid 19

- Conta Covid - Os recebimentos da Conta Covid em 2020 foram de R\$6.251 correspondentes aos valores líquidos entre ativos e passivos.

- Antecipação Parcela B – Antecipação de ativo regulatório no valor de R\$898.

- Em recuperação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica para o período de 2019/2020.

- Em formação: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2020 a 31 de dezembro 2021 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 2021.



### 7.7 – Investimentos temporários

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

Banco	Prazo resgate	Circulante		Não Circulante	
		2020	2019	2020	2019
Brasil – Ouro Cap	25/04/21	47	0	0	165
Banrisul – Cap Mais	09/06/26	0	0	12	2
Banrisul – Cap Conquista	09/10/23	0	0	41	18
<b>Total</b>		<b>49</b>	<b>0</b>	<b>53</b>	<b>185</b>

### 7.8 – Créditos a receber

Composição	2020	2019
Parcelamentos de contas de energia	162	169
Empregados	130	64
Rendas a receber	100	65
Subsídios tarifários	2.078	2.093
Adiantamento a fornecedores	145	118
Serviços a receber	250	180
Outros	85	58
<b>Soma</b>	<b>2.950</b>	<b>2.747</b>
(-) Crédito liquidação duvidosa	(178)	(202)
<b>Total</b>	<b>2.772</b>	<b>2.545</b>

#### 7.8.1 - Subsídios tarifários

Referem-se aos descontos na tarifa e custos de energia, valor a ser repassado pela Eletrobrás e Ccee a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

### 7.9 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2020	2019
Manutenção do sistema	180	138
Construção	2.476	1.791
Consumo interno	100	97
Outros	78	38
<b>Total</b>	<b>2.834</b>	<b>2.064</b>

### 7.10 – Despesas Antecipadas

Despesas	Circulante	
	2020	2019
Prêmios de seguros	18	19
Impostos	12	13
Outras	7	5
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>37</b>

### 7.11 – Outros Créditos - Longo Prazo

Composição dos créditos	2020	2019
Créditos a receber	1.352	1.110
Fornecedores - Contratuais	470	404
Convênios de arrecadação	206	206
<b>Subtotal</b>	<b>2.028</b>	<b>1.727</b>
(-) Crédito liquidação duvidosa	(1.767)	(1.404)
<b>Total</b>	<b>261</b>	<b>316</b>



## 7.12 – Ativo Intangível e Financeiro

### 7.12.1 - Pela formação/Natureza

Formação	Em milhares de Reais			
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	Total
Intangíveis	0	2.664	(270)	2.394
Terrenos	0	17	1.446	1.463
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.260	3	2.204	3.467
Máquinas e equipamentos	42.778	3.631	24.572	70.981
Veículos	123	0	(134)	(11)
Móveis e utensílios	31	0	49	80
Em curso	1.137	0	0	1.137
(-) Obrigações especiais	(3.860)	(4.480)	(2.309)	(10.649)
<b>Total</b>	<b>41.469</b>	<b>1.835</b>	<b>25.558</b>	<b>68.862</b>

• A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

• Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

### 7.12.2 – Investimentos realizados

Tipo de unidade de cadastro	Código UC	2020		2019	
		Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Postes	255	597	1.085	564	959
Condutores	190	29.291	386	30.389	329
Regulador de tensão	340	4	80	1	23
Medidores	295	3.619	483	2.696	494
Transformador de distribuição	565	125	480	124	428
Transformadores de medida	575	12	17	13	19
Equipamento geral e informática	230/235	16	65	46	164
Sistema de telemedição	485	23	45	138	218
Sistema de aterramento	395	281	6	533	8
Chave Seccionadora	160	37	22	24	15
Banco de Capacitores	125	1	7	0	0
Religadores	345	2	64	0	0
Painel de medição	305	1	3	0	0
Urbanização e Benfeitorias	610	1	2	0	0
	-	-	<b>2.745</b>	-	<b>2.657</b>
Subestações/ Intangíveis	-	-	0	-	10
<b>Total Investimentos</b>	-	-	<b>2.745</b>	-	<b>2.667</b>

### 7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2020	2019
Contribuição do consumidor	10.205	10.025
Universalização serv. público energia elétrica	216	216
Subvenções para investimentos	1.564	1.564
Outras	2.899	2.899
(-) Depreciação	(4.235)	(3.689)
<b>Total</b>	<b>10.649</b>	<b>11.015</b>

• Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE.

• A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.



### 7.12.4 - Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial	2020			2019		
	VNR	DEPRECIACÃO	VMU	VNR	DEPRECIACÃO	VMU
Intangíveis	162	(432)	(270)	162	(298)	(136)
Terrenos	1.446	0	1.446	1.446	0	1.446
Edificações	3.989	(1.785)	2.204	3.989	(1.777)	2.212
Maquinas e equipamentos	43.459	(18.887)	24.572	43.982	(18.791)	25.191
Veículos	2.359	(2.493)	(134)	2.359	(2.419)	(60)
Móveis e utensílios	58	(9)	49	58	(7)	51
<b>Totais</b>	<b>51.473</b>	<b>(23.606)</b>	<b>27.867</b>	<b>51.996</b>	<b>(23.292)</b>	<b>28.704</b>

• A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

### 7.12.5 – Cálculo da Depreciação

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

### 7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Art. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

## 7.13 – Passivo Circulante e Não Circulante

### 7.13.1 - Fornecedores

Fornecedores	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	3.886	0	3.886	3.197	0	3.197
Compra de energia elétrica	1.136	0	1.136	1.607	0	1.607
Encargos de uso da rede	1.379	0	1.379	985	0	985
Materiais, serviços e outros	2.201	0	2.201	897	0	897
<b>Total</b>	<b>8.602</b>	<b>0</b>	<b>8.602</b>	<b>6.687</b>	<b>0</b>	<b>6.687</b>

### 7.13.2 Tributos

Tributos	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Icms - faturamento	1.510	3.435	4.945	1.007	2.713	3.720
Icms - parcelamento	4.678	3.025	7.703	4.644	7.641	12.285
Inss	228	0	228	211	0	211
Imposto de renda e contribuição social	214	0	214	61	0	61
Fgts	68	0	68	65	0	65
Cofins/Pis/pasep	679	0	679	568	0	568
Pis/pasep – parcelamento	27	73	100	59	98	157
Cofins – parcelamento	0	0	0	148	0	148
Outros	48	0	48	54	0	54
<b>Total</b>	<b>7.452</b>	<b>6.533</b>	<b>13.985</b>	<b>6.817</b>	<b>10.452</b>	<b>17.269</b>



- Icms faturamento circulante: refere-se ao saldo a recolher do faturamento mensal com vencimento no dia 27 do mês e o saldo no dia 10 do mês seguinte. Icms não circulante: refere-se a cobrança de icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de janeiro de 2013 a agosto de 2018. A empresa está contestando via judicial e entende que se devido for, deverá ser repassado ao consumidor.

- Icms Parcelamento - referem-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica:

Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento do ICMS – “REFAZ 2017”, instituído pelo Decreto 53417/17 do governo estadual, referente a débitos já parcelados e débitos em atraso. O Programa prevê parcelamentos em até 60 ou 120 meses, dependendo da idade do débito, deduzindo-se as parcelas pagas em parcelamentos anteriores.

- Pis/Cofins parcelados - Débitos de compensações de créditos não aceitos pela Receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic.

- Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

#### 7.13.2.1 – Tributos Parcelados:

Tributo	Taxas	Prazo meses	Datas		31/12/20			31/12/19		
	%		Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Icms	1%am	120m	31/08/13	31/01/22	3.621	828	4.449	3.605	4.445	8.050
Icms	1%am	120m	31/08/15	30/06/23	799	1.250	2.049	785	2.012	2.797
Icms	1%am	060m	31/10/16	31/08/25	258	947	1.205	254	1.184	1.438
Pis	1%am+Selic	120m	25/08/14	31/10/24	27	73	100	27	98	125
Pis	1%am+Selic	060m	22/01/16	31/01/21	0	0	0	32	0	32
Cofins	1%am+Selic	060m	22/01/16	31/01/21	0	0	0	148	0	148
<b>Soma</b>					<b>4.705</b>	<b>3.098</b>	<b>7.803</b>	<b>4.851</b>	<b>7.739</b>	<b>12.590</b>

#### 7.13.3 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2020	2019
Folha de Pagamento	274	231
Provisão de férias	586	557
Provisão de gratificação 1/3 de férias	196	186
Provisão de encargos sociais	299	274
Tributos retidos na fonte	128	117
Outros	9	12
<b>Total</b>	<b>1.492</b>	<b>1.377</b>

- Folha de Pagamento, saldo de salários provisionados no mês de competência e pagos no mês seguinte
- Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e dos encargos sociais.
- Tributos retidos na fonte – Imposto de renda retido na fonte (Irf) e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte.

#### 7.13.4 - Encargos Setoriais

Encargos Setoriais	2020	2019
Taxa de fiscalização – ANEEL	10	10
Conta de desenvolvimento energético – CDE	0	0
Encargo de capacidade emergencial – ECE	0	37
Programa eficiência energética – PEE	7.512	6.786
Programa eficiência energética – Procel	48	130
Programa pesquisa e desenvolvimento – P&D	2.299	1.913
Programa pesquisa e desenvolvimento – Fndct	31	27
Programa pesquisa e desenvolvimento – Mme	15	14
Adicional bandeira vermelha	501	90
<b>Total</b>	<b>10.416</b>	<b>9.007</b>

- PEE e P&D - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n°. 300/2008 e 316/2008.



• Bandeiras Tarifárias - visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Saldo dos programas Pee e P&d	2020			2019		
	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido
Pee	7.512	(83)	7.429	6.786	(517)	6.269
P&d	2.299	(275)	2.024	1.913	(141)	1.772
Fndtc	31	0	31	27	0	27
Mme	15	0	15	14	0	14
Procel	48	0	48	90	0	90
<b>Total</b>	<b>9.905</b>	<b>(358)</b>	<b>9.547</b>	<b>8.830</b>	<b>(658)</b>	<b>8.172</b>

### 7.13.5 Outras Obrigações

Outras obrigações	2020	2019
Multas regulatórias	232	0
Convênios arrecadação por conta terceiros	396	436
Consumidores	320	245
Cauções/Outras	6	10
<b>Total</b>	<b>954</b>	<b>691</b>

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O Item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

• Consumidores, referem-se a valores a serem devolvidos aos consumidores nas próximas faturas, referentes a faturas pagas em duplicidade, multas regulatórias por violações de indicadores e danos elétricos.

### 7.13.6 - Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos.

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas %	Prazo meses	Datas		2020			2019		
			Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Eletrobrás	5%aa+RGR	120m	09/03/12	11/05/25	934	3.192	4.126	934	4.127	5.061
Badesul	4,9%aa+TJLP	48 m	14/11/06	15/05/23	1.071	1.518	2.589	872	2.078	2.950
Santander	7,70%aa+CDI	60 m	17/11/15	02/08/22	1.454	571	2.025	1.653	1.550	3.203
Banrisul-Finame	2,4%aa	60 m	04/02/15	10/07/20	0	0	0	11	0	11
Banrisul-Finame	2,4%aa	60 m	04/02/15	10/07/20	0	0	0	7	0	7
Banrisul LP	1,5%aa+CDI	48 m	03/05/16	10/07/20	0	0	0	55	0	55
<b>Total</b>					<b>3.459</b>	<b>5.281</b>	<b>8.740</b>	<b>3.532</b>	<b>7.756</b>	<b>11.288</b>

• Os empréstimos junto a Eletrobrás e Badesul foram obtidos para investimentos em uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I.

• Os empréstimos junto ao Santander foram obtidos para financiamento de capital de giro a curto prazo.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem covenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.



Vencimento das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos:

	2022	2023	2024	2025	Total
Eletróbrás	934	934	934	389	3.191
Badesul	1.071	446	0	0	1.517
Santander	571	0	0	0	571
<b>Total</b>	<b>2.576</b>	<b>1.380</b>	<b>934</b>	<b>389</b>	<b>5.279</b>

### 7.13.7 – Provisões Passivas e Depósitos Judiciais:

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas e experiências em ações anteriores, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Contingências	2020		2019	
	Provisão CP/LP	Dep. Judicial	Provisão CP/LP	Dep. Judicial
Trabalhistas	305	90	246	412
Cíveis	2.330	3	1.245	3
Outras	5.889	0	6.720	0
<b>Total</b>	<b>8.524</b>	<b>93</b>	<b>8.211</b>	<b>415</b>

- Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

- Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras causadas por falhas no fornecimento ou com redes de energia de energia elétrica.

- Outras - A Empresa constituiu provisão para provável cobrança em 2021/22 pela supridora de energia elétrica de valores apurados a título de penalidade de subcontratação dos montantes de energia elétrica do ano de 2018, definidos no Proret 11.1. A Empresa manifestou administrativamente sua inconformidade alegando que não se trata de aplicar a penalidade, mas sim em erro de faturamento a menor dos montantes faturados mensalmente, em função da saída da geração própria em março de 2018 para o mercado livre.

A Companhia está sujeita leis de preservação ambiental e considera que a exposição aos riscos, não representam impactos relevantes no resultado de suas operações.

## 7.14 – Patrimônio Líquido

### 7.14.1 – Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31/12/20 é de R\$16.000.000,00, representado por 1.598.333 ações nominativas e sem valor nominal, sendo: 1.576.274 ações ordinárias; 22.002 ações preferenciais classe A e 57 ações preferenciais classe B, conforme composição por classe e acionistas abaixo:

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social	
		2020	2019	R\$	%
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.514.361	1.514.361	15.024	94,7463
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	138	0,9635
Opção RN Corretora Commodities	ON	34.041	34.041	304	2,1298
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	111	0,7749
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	1	0,0054
Diversos	PN	22.059	22.059	722	1,3801
<b>Total</b>		<b>1.598.333</b>	<b>1.598.333</b>	<b>16.300</b>	<b>100,000</b>

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/20 é de R\$34,77 e R\$31,71 em 31/12/19

#### 7.14.1.1 – Integralização do Capital Social

Em assembleia geral extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2019, os acionistas aprovaram a realização de aumento do capital social da companhia, no valor de R\$5.868.403,00, com base em proposta dos Administradores, mediante a incorporação ao capital social da conta de Reserva de Capital e Reserva de Lucros, sem a emissão de novas ações.



### 7.14.1.2 – Dividendos

O Estatuto Social da Companhia é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculado ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos.

### 7.14.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

### 7.14.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/05/2015 ajustado para 2016.

Avaliação	2020	2019
Valor novo de reposição	51.473	51.996
Depreciação	(23.606)	(23.292)
Obrigações especiais	(3.386)	(3.386)
Obrigações especiais – Depreciação	1.077	960
<b>Total</b>	<b>25.558</b>	<b>26.278</b>

### 7.14.4 – Reserva de Lucros

Reservas	2020	2019
Reserva legal	514	285
Reserva Especial – Dividendos e JCP não distribuídos	4.264	3.786
Outros	8.864	3.968
<b>Total</b>	<b>13.642</b>	<b>8.039</b>

• Reserva Especial – Dividendos não distribuídos, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório (25%), a qual foi constituída com base no Art. 202, §4º da Lei das S/A, devido a situação financeira incompatível com a distribuição.

• Outros, refere-se ao saldo do lucro líquido do exercício a disposição da Assembleia Geral, a qual disporá para aumento do capital social.

### 7.15 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2020	2019
<b>Lucro do Exercício antes impostos</b>	<b>7.156</b>	<b>9.866</b>
+ Provisões	22.690	34.764
+ Outras Adições	676	112
- Reversão de provisões	(22.762)	(32.064)
- Base Negativa	0	0
<b>Base de cálculo IR</b>	<b>7.760</b>	<b>12.678</b>
Imposto de Renda	1.916	3.146
(-) Compensações	(51)	(112)
Contribuição Social	698	1.141
<b>Total Tributos a recolher</b>	<b>2.563</b>	<b>4.175</b>

### 7.16 – Receita Operacional

#### 7.16.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo e demais receitas:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Fornecimento Faturado:</b>						
Residencial	30.230	29.658	65.930	61.395	55.393	54.351
Industrial	144	150	44.841	43.819	19.069	17.458
Comercial	3.862	3.822	39.445	41.452	31.565	35.506
Rural	3.836	3.923	24.462	21.804	12.381	11.265
Poder público	424	406	3.347	3.792	2.679	3.140
Iluminação pública	9	9	8.123	9.767	3.345	4.272
Serviço público	27	25	5.596	5.245	3.690	3.584



Consumo próprio	5	5	221	214	0	0
<b>Receita Faturada E. Elétrica</b>	<b>38.537</b>	<b>37.998</b>	<b>191.965</b>	<b>187.488</b>	<b>128.122</b>	<b>129.576</b>
Fornecimento Não faturado	-	-	-	-	(126)	156
Excedente reativos/ultrapassagem	-	-	-	-	(344)	(279)
<b>Receita de Energia Elétrica</b>	<b>38.537</b>	<b>37.998</b>	<b>191.965</b>	<b>187.488</b>	<b>127.652</b>	<b>129.453</b>
Demais receitas:						
Suprimento de energia	-	-	-	-	3.317	499
Receita de construção	-	-	-	-	3.104	2.912
Subsídios tarifários	-	-	-	-	6.738	6.487
Receita de compensação tarifária	-	-	-	-	1.261	(433)
Outras receitas	-	-	-	-	2.007	2.175
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>144.079</b>	<b>141.093</b>

**7.16.2 - Receitas de fornecimento de energia elétrica** são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Em 2020 as tarifas foram reajustadas na média em 17,80% e (5,33%) em 2019.

**7.16.3 - Receita não faturada**, correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

**7.16.4 – Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda**, conforme Res. 463 de 22/11/11 da Aneel, sub-módulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

**7.16.5 - Receita de Construção** - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

**7.16.6 - Subsídios tarifários** - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.

**7.16.7 – Receita de compensação tarifária** - Os Ativos e Passivos Financeiros, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destinam-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

## 7.17 – Outras Receitas

Receitas	2020	2019
Renda da prestação de serviços	481	444
Serviço taxado	245	416
Aluguéis	992	727
Arrecadação de convênios	240	285
Lucro na alienação/desativação	0	234
Outras	49	69
<b>Total</b>	<b>2.007</b>	<b>2.175</b>

## 7.18 – Deduções a Receita Operacional

### 7.18.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	2020	2019
Taxa de fiscalização	123	123
Conta de desenvolvimento energético – CDE	9.979	11.289
Bandeiras Tarifárias	13	218
Programa de eficiência energética	401	397
Programa de pesquisa e desenvolvimento	401	397
Encargo do Serviço do Sistema – ESS	2.372	2
<b>Total</b>	<b>13.290</b>	<b>12.426</b>



### 7.18.1.1 - Bandeiras Tarifárias

Conforme o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, a Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica, que lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, com um acréscimo maior no faturamento.

### 7.18.1.2 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - PEE e P&D

PEE e P&D - A Companhia reconhece passivos relacionados a valores faturados em tarifas, referentes a 1% da Receita Operacional Líquida, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

### 7.18.2 - Impostos

Impostos	2020	2019
Icms	32.810	33.392
Cofins	10.754	9.249
Pis/pasep	2.335	2.008
Iss	49	42
<b>Total</b>	<b>45.948</b>	<b>44.691</b>
<b>Total das deduções (encargos + impostos)</b>	<b>59.238</b>	<b>57.117</b>

• As alíquotas de Icms aplicadas pelo estado RS são:

- Residencial até 50 Kwh	- 12%	- Residencial acima 50 kwh-	30%
- Industrial	- 18%	- Comercial	- 30%
- Rural até 100 kwh	- Isento	- Rural acima 100 Kwh	- 12%
- Poder Público	- 30%	- Iluminação Pública	- 20%
- Serviço Público	- 30%		

• As alíquotas de Pis/Cofins aplicadas, regime não cumulativo, são: Pis: 1,65% e Cofins: 7,60% para as receitas operacionais; para as receitas financeiras são de 0,65% e 4% respectivamente. As alíquotas de Iss são de 3%.

### 7.19 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em Mwh		Em R\$	
	2020	2019	2020	2019
Energia comprada	178,331	161,731	41.426	39.808
Encargos de uso da rede	-	-	11.878	9.003
Microgeração	-	-	2.498	1.321
Proinfa	3,864	134	1.365	1.650
Encargos e demais despesas setoriais	-	-	228	181
(-) Créditos pis/cofins	-	-	(5.157)	(4.403)
<b>Custo com energia</b>	<b>182,195</b>	<b>161,865</b>	<b>52.238</b>	<b>47.560</b>
Custo de construção	-	-	3.104	2.912
<b>Custo total</b>	<b>182,195</b>	<b>161,865</b>	<b>55.342</b>	<b>50.472</b>

### 7.20 – Custos operacionais totais

#### 7.20.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2020	2019
Pessoal – empregados	10.911	10.223
Pessoal – administradores	1.055	1.018
Material	966	969
Serviço de terceiros	2.249	2.270
Custo com energia comprada	52.238	47.560
Custo de construção infraestrutura	3.104	2.912
Aluguéis	288	154
Seguros	56	39
Depreciação/amortização	1.812	1.759
Impostos e taxas	46	60
(-) Recuperação de despesas	(180)	(181)
Outras despesas	2.669	2.503



Provisões/reversões	(72)	2.700
Contribuições e doações	49	124
Baixa bens ativo	334	405
Outras	37	0
<b>Total</b>	<b>75.562</b>	<b>72.515</b>

## 7.21 – Resultado Financeiro

### 7.21.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras	139	151
Acréscimos moratórios contas energia	2.542	1.397
Variações monetárias	719	123
Atualizações monetárias CVA	93	373
Outras	48	145
(-) Tributos	(165)	(102)
<b>Total</b>	<b>3.376</b>	<b>2.087</b>
Despesas		
Encargos de dívidas	2.308	1.949
Juros bancários/iof	342	628
Juros e multas	1.057	117
Juros sobre o capital próprio	1.163	781
Variações Cambiais	537	86
Atualização CVA	66	92
Outras	26	29
<b>Total</b>	<b>5.499</b>	<b>3.682</b>
<b>Resultado</b>	<b>(2.123)</b>	<b>(1.595)</b>

## 7.22 – Seguros

A Companhia mantém cobertura securitária da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e matérias, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	Vigência		Vlr. segurado
Veículos	2020	2021	Tabela Fipe

## 7.23 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

## 7.24 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/18 e 31/12/2017 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

## 7.25 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis e Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

## 7.26 – Transações com Partes Relacionadas

Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

## 7.27 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

## 7.28 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados



A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

### 7.29 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

### 7.30 – Revisão Tarifária Periódica – RTP

A revisão Tarifária Periódica ocorre a cada cinco (5) anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Neste processo, previsto no contrato de concessão, a Aneel procede o recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade tarifária. A próxima data-base da revisão da Companhia é em julho de 2022

### 7.31 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2019:

**Receita Operacional Bruta Anual:** A receita operacional foi de R\$144.079.428,05 sendo 2,12% superior a 2019 que foi de R\$141.093.455,68. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$128.121.837,15 contra R\$129.576.228,95 em 2019, sendo 1,12% menor a 2019.

**Icms s/Faturamento Energia Elétrica:** O Icms faturado foi de R\$32.810.306,91 em 2020 e de R\$33.392.364,15 em 2019, sendo 1,74% menor que em 2019.

**Demais impostos:** Pis, Cofins e Iss somaram o valor de R\$13.138.022,50 em 2020 e R\$11.298.347,17 em 2019, tendo um aumento de 16,28%.

**Encargos Setoriais:** Os encargos setoriais foram de R\$13.290.069,93 em 2020 e R\$12.426.699,50 em 2019 tendo um aumento de 6,95%.

**Despesas com Pessoal e Administradores:** As despesas com pessoal em 2020 foram de R\$11.966.193,77 e em 2019 foi de R\$11.241.349,33, tendo um aumento de 6,45%.

**Custos com Energia Elétrica:** Os custos com energia elétrica foram de R\$52.237.684,72 em 2020 e R\$47.560.160,37 em 2019, tendo um aumento de 9,83%.

A compra de energia para revenda foi de R\$41.425.674,11 em 2020 e de R\$39.808.249,07 em 2019, tendo uma variação de 4,06%. Já a geração distribuída, microgeração pelos consumidores teve um aumento de 89,14%, sendo R\$2.497.985,38 em 2020 e R\$1.320.690,22 em 2019.

O Proinfa teve uma diminuição de 17,27% sendo de R\$1.365.315,00 em 2020 e R\$1.650.260,16 em 2019.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$11.878.467,92 em 2020 e R\$9.003.416,56 em 2019, tendo uma variação de 31,93%.

**Material e Serviço de Terceiro:** As despesas foram de R\$3.214.543,07 em 2020 e de R\$3.238.098,30 em 2019, tendo uma redução de 0,73%.

**Provisões e reversões:** As provisões para prováveis perdas foram negativas em R\$71.535,65 em 2020 e positivas em R\$2.700.010,38 em 2019 tendo uma variação negativa de 3.674,36%.

**Demais Despesas Operacionais:** As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R\$3.299.943,85 em 2020 e R\$3.104.874,14 em 2019, tendo uma variação de 6,29%.

**Receita Financeira:** As receitas financeiras atingiram o valor de R\$3.376.232,51 em 2020 e R\$2.087.157,94 em 2019 tendo uma variação de 61,76%.

**Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram de R\$5.499.259,27 em 2020 e R\$3.682.379,59 em 2019, tendo uma variação de 49,34%.

**Lucro Operacional da Atividade:** O lucro operacional da atividade foi de R\$9.278.601,36 em 2020 e de R\$11.461.372,22 em 2019, tendo uma variação negativa de 19,04%.

**Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido foi de R\$1.102.287,43 negativo em 2020 e R\$5.805.199,98 em 2019.



**Lucro Bruto do Exercício:** O lucro bruto do exercício foi de R\$7.155.574,30 em 2020 e em 2019 foi de R\$9.866.150,57.

**Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do exercício foi de R\$5.755.362,30 em 2020 e em 2019 é de R\$6.472.966,73.

**EBITDA:** Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2020 foi de R\$12.253.430,81 e em 2019 é de R\$14.001.265,02.

<b>Lucro líquido, geração de caixa e dividendos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
+ Lucro líquido	5.755.362,30	6.472.966,73
+ I. Renda e C. Social	2.563.538,47	4.174.499,19
+ Resultado Financeiro	2.123.027,06	1.595.221,65
+ Depreciação/Amortização	1.811.502,98	1.758.577,45
<b>= Geração de Caixa (Ebitda)</b>	<b>12.253.430,81</b>	<b>14.001.265,02</b>

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

<b>Coeficiente</b>	<b>Formula</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,39	0,19
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	1,05	1,10
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.} + \text{Realiz L/P}}{\text{P.Circ.} + \text{Exig. L/P}}$	%	0,76	0,66
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,50	0,52
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	0,10	0,14
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,89	0,84
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,62	0,65
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,14	0,13
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,65	0,60
Ebitda	Lucro Exercício + Depreciação	R\$	12,253	14.001

### 7.32 – Governança

O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos.

Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade.

Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária.

**7.33 – Exclusão do Icms da base de cálculo do Pis e Confins:** Conforme processo 5000174-80.2012.4.04.7104, TRF4, com sentença em trânsito em julgado em outubro de 2020, determinando o cálculo com base no ICMS destacado em nota fiscal, porém a receita Federal quer reconhecer apenas o Icms sobre o saldo devedor, conforme entendimento Cosit 013/2018. O processo está aguardando a expedição de certidão narrativa, afim de possibilitar o protocolo do pedido administrativo de compensação.

A empresa promoverá ainda Mandado de Segurança Preventivo, objetivando postergar o pagamento de eventual IRPJ e CSLL devidos para após a homologação prévia do valor na Receita Federal e não na data do trânsito em julgado, conforme entendimento do fisco, afim de trazer segurança jurídica à empresa.

O valor pleiteado é de R\$34.564.314,04. Possivelmente a Receita Federal irá glosar os valores referentes aos Créditos de ICMS, o que poderá reduzir o valor homologado para R\$33.571.579,40.



Também a Aneel está avaliando essa discussão no sentido de que estes valores devem ser devolvidos aos consumidores na mesma proporção que os créditos forem compensados.

Com estas incertezas a Administração decidiu não apropriar os valores dos créditos neste ano. A expectativa é de que a partir do mês abril 2021 estes valores possam a ser compensados.

**7.34 – Aporte de Capital:** Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-Aneel, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária.

**7.35 – Icms sobre subvenções:** A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul passou a exigir a cobrança do Icms sobre os valores de repasses da subvenção econômica concedidas a algumas classes de consumidores na tarifa de energia elétrica e recebidas pela empresa via CDE, retroativamente aos últimos cinco anos, emitindo um auto de lançamento em 21 de dezembro de 2018, no valor de R\$2.276.189,16, sendo R\$1.224.322,94 de principal, R\$734.593,53 de multa e R\$317.272,69 de juros, calculados mensalmente.

Por orientação da Aneel, e pareceres da PGF/AGU/ANEEL a empresa apresentou defesa e contestação da cobrança na esfera administrativa, junto a Fazenda Estadual, estando nesta data em análise.

Também conforme orientação da Aneel, caso a empresa perca essa decisão, esse ônus deverá ser repassado ao respectivo consumidor diretamente afetado. A empresa não fez provisão para perdas, uma vez que o ônus será repassado ao consumidor final.

**7.36 – Compra de energia:** A partir de julho de 2019 a empresa começou a comprar energia elétrica no mercado livre junto a CCEE, de aproximadamente 92% do mercado próprio, conforme chamada pública 018/02 de 19/04/18.

### 7.38 – Efeitos do Coronavírus (COVID19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março, elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes futuros nas demonstrações financeiras.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis as principais medidas que foram tomadas e monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. A expectativa inicial da Administração é que tais renegociações sejam direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento da inadimplência dos clientes, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL).

A expectativa da Administração é que a maior parte deste impacto seja temporal, até que a política de cortes seja reestabelecida e/ou novas eventuais ações de subsídios governamentais sejam implementadas. Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida



Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A liberação do saldo do fundo destinado ao alívio futuro de encargos feita pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A medida vai ajudar geradoras, transmissoras e distribuidoras "na manutenção de suas obrigações junto ao setor elétrico", beneficiando toda a cadeia. Segundo a Aneel, novos repasses poderão ser feitos ao longo do ano de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na Parcela A, na Parcela B e PDD. O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo.

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Carazinho/RS 31 de dezembro de 2020

CLÁUDIO JOEL DE QUADROS  
Presidente  
CPF 253.388.540-15

JONAS LAMPERT  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF 948.755.290-15

RUI LUIZ TOSO  
Contador CRC/RS 40.629  
CPF: 273.968.430.49



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos acionistas da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - ELETROCAR  
Carazinho – RS**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a



administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2021.



**Antônio César da Silva**  
 Contador - Mestre em Controladoria  
 CRC-RS 043890-O-9  
 CVM AD 17.595 - Registro 12840  
[www.acscontab.com.br](http://www.acscontab.com.br)



[www.eletrocar.com.br](http://www.eletrocar.com.br)  
 Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945  
 Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 30 de março de 2021

DANIEL SCHU  
Conselheiro  
CPF 006.519.260-50

ELOI FRANCISCO SOLIMAN  
Conselheiro  
CPF 198.564.820-20

JOSÉ MAURÍCIO DE SOUZA LEAL  
Conselheiro  
CPF 307.735.800-00

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Eletrocar, no uso e nos limites das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos da Diretoria Executiva, os Relatórios da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2020** e as submetem para deliberação final dos Acionistas em Assembleia Geral da Companhia.

Carazinho/RS, 12 de abril de 2021

ERMÓGENES BODANESE  
Presidente  
CPF 525.735.919-72

LISIANE BUENO MIRANDA  
Vice-Presidente  
CPF 716.755.310-72

LEANDRO GARCIA DA SILVA  
Conselheiro  
CPF 946.775.490-87

JAIME LUIS KIPER DA ROSA  
Conselheiro  
CPF 347.380.370-72

MARLON AUGUSTO ALLEBRANDT  
Conselheiro  
CPF 015.079.410-05

RAFAEL GAY POSSEBON  
Conselheiro  
CPF 022.727.550-42